

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	8
5.3 - Descrição - Controles Internos	11
5.4 - Programa de Integridade	14
5.5 - Alterações significativas	19
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	20

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	21
10.2 - Resultado operacional e financeiro	33
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	38
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	39
10.5 - Políticas contábeis críticas	43
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	48
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	49
10.8 - Plano de Negócios	50
10.9 - Outros fatores com influência relevante	53

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1 – Em relação aos riscos indicados no item 4.1, informar:

a. Política Formalizada de Gerenciamento de Riscos

A Companhia como parte integrante do Grupo Neoenergia, conta com uma Política Geral de Gestão de Risco Corporativo, cuja última atualização foi aprovada pelo Conselho de Administração da Neoenergia em 16 de março de 2020, que define os princípios, diretrizes e estrutura para gestão de riscos no grupo e suas controladas.

A Política Geral de Gestão de Risco Corporativo é o marco de gestão de risco corporativo da Companhia e define os princípios básicos, diretrizes e estrutura para gestão de riscos para o grupo da Neoenergia e é complementada pelas políticas de risco corporativas e políticas de riscos para os negócios, também aprovadas pelo Conselho de Administração. No âmbito do negócio, o Grupo Neoenergia possui a (i) Política de Risco do Negócio Liberalizado, dos riscos que contemplam as atividades de geração termelétrica e a comercialização de energia; (ii) Política de Risco do Negócio de Renováveis, dos riscos que contém as atividades de geração hidráulica, solar e eólica e, (iii) Política de Risco para o Negócio de Redes, dos riscos que englobam as atividades de distribuição e transmissão de energia. As políticas corporativas contemplam: Riscos Financeiros, Riscos de Crédito, de Investimento, de Compras, Riscos de Mercado de Energia, Riscos Operacionais de Transações de Mercado, de Seguros, Risco Reputacional, TI, Cibersegurança, Ações em Tesouraria e Saúde e Segurança no Trabalho.

Em 2020, as 14 políticas vigentes foram revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração, tendo seus limites e referências atualizadas. Além disso, duas novas políticas foram disponibilizadas: Política de Ações em Tesouraria e Política de Saúde e Segurança no Trabalho, também aprovadas pelo Conselho de Administração em 16 de março.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

O objetivo da Política Geral de Gestão de Risco Corporativo é estabelecer as diretrizes, princípios e responsabilidades para a gestão de riscos, de maneira a monitorar e mitigar tais riscos de forma eficaz.

De forma complementar, as políticas de risco para os negócios e as políticas corporativas de risco definem regras, procedimentos, níveis de exposição, indicadores e limites de risco específicos, conforme descrito a seguir.

- Política de Risco de Mercado de Energia: estabelece os princípios e diretrizes para controle e gestão dos riscos de mercado de energia nas atividades de Geração, Distribuição e Comercialização de energia, tanto no mercado regulado quanto no mercado livre, sobre atualização periódica das variáveis para determinação da demanda de energia, ao cumprimento dos limites regulatórios do nível de contratação de energia, ao controle da exposição a preço das geradoras no caso de indisponibilidade, falta de lastro e risco hidrológico.
- Política de Risco de Crédito: estabelece os princípios, diretrizes e limites para controle e gestão de risco de crédito de todas as transações sujeitas a exposição junto a contrapartes que possa gerar perdas no caso de descumprimento de obrigações contratuais, com destaque para contrapartes em operações financeiras e contrapartes comerciais, em especial nos negócios de comercialização e geração, bem como junto a seguradoras, prestadores de serviço e fornecedores. Estabelece, ainda, regras sobre limites para cada contraparte de acordo com a sua capacidade de crédito, garantias, recuperação de valores vencidos, diversificação de contrapartes.
- Política de Riscos Financeiros: estabelece os princípios, diretrizes e limites para controle e gestão de riscos de financeiros, com destaque para regras e limites sobre mitigação de risco cambial e de taxas de juros, instrumentos para gestão de liquidez e solvência, avaliação de hedges naturais, diversificação de instrumentos de dívida, volume de caixa mínimo e utilização de instrumentos derivativos.
- Política de Seguros: estabelece os princípios e diretrizes para controle e gestão de seguros com o

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

objetivo de mitigar a exposição do grupo Neoenergia contra os seus riscos operacionais, de construção, cibernéticos e de responsabilidade civil.

- Política de Risco Operacional em Transações de Mercado: estabelece os princípios, diretrizes e limites para controle e gestão dos riscos operacionais de todas as transações de mercado de curto e longo prazo de gestão de energia e de tesouraria do Grupo Neoenergia, que possam gerar prejuízos econômicos diretos ou indiretos resultantes de procedimentos internos inadequados, falhas tecnológicas, eventos externos ou internos, erro humano ou fraude em operações de mercado.
- Política de Investimentos: estabelece os princípios e diretrizes para análise, acompanhamento, controle da gestão dos riscos associados dos novos projetos de investimento e desinvestimento do grupo Neoenergia.
- Política de TI: define a gestão integrada que permite um enfoque tecnológico global e procura assegurar uma adequada gestão das tecnologias de informação e os riscos associados, impulsionando a criação de valor por meio de um uso efetivo e inovador das tecnologias de informação e a satisfação dos usuários internos e externos com o nível de compromisso e os serviços proporcionados, mantendo um equilíbrio entre a geração de benefícios, a otimização dos níveis de risco e o uso eficiente dos recursos.
- Política de Cibersegurança: estabelece os princípios, diretrizes e limites para controle e gestão dos riscos derivados de ameaças e vulnerabilidades dos sistemas de controle ou sistemas de informação e comunicações do Grupo Neoenergia ou de qualquer outro ativo que faça parte da ciberinfraestrutura do grupo, incluindo os ativos de informação.
- Política de Risco Reputacional: estabelece os princípios e o marco para gestão do risco de reputação, com potencial impacto negativo no valor do grupo Neoenergia devido à conduta, comportamento e posicionamento da empresa em desacordo com as expectativas criadas pelos diversos grupos de interesse.
- Política de Compras: estabelece o controle e gestão dos riscos associados aos processos de compras em geral, como risco de mercado, crédito, negócio, regulatório, operacional, reputacional, penal e cibersegurança em todo o grupo Neoenergia, com especial ênfase no cumprimento dos compromissos éticos do grupo e relacionados aos seus fornecedores. Além disso, estabelece a coordenação das compras das companhias que integram o grupo Neoenergia de forma global, respeitando os padrões utilizados, com o objetivo de obter melhores condições de compra. Adicionalmente, atribui as responsabilidades e a delegação de autoridade em cada etapa do processo de compras, garantindo uma segregação adequada de funções e o pleno respeito da organização corporativa.
- Política de Ações em Tesouraria: estabelece os princípios básicos e o marco geral de atuação para o controle e a gestão de riscos das operações com ações de emissão da Neoenergia, realizadas diretamente pela Companhia.
- Política de Saúde e Segurança no Trabalho: estabelece os princípios básicos e o marco geral de atuação para o controle e a gestão de riscos de saúde e segurança. Esta política enfatiza o quanto importante são a saúde e segurança dos colaboradores, baseando-se em alguns princípios básicos: saúde e segurança devem ser prioridade, conscientização de todos os colaboradores sobre saúde e segurança no trabalho, vigilância contínua e adequação do colaborador no seu posto de trabalho, melhoria contínua, com obtenção e manutenção de certificações relacionadas à saúde e segurança, cumprimento dos marcos legislativo, laboral, tecnológico, além de normativos internos, exigência do cumprimento das normas de saúde e segurança estabelecidas pelo grupo Neoenergia por parte dos contratados terceirizados e fomentar a cultura de prevenção, adotando as melhores práticas internacionais.
- Política de Riscos do Negócio Liberalizado: estabelece os princípios, diretrizes e limites para

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

controle e gestão dos riscos associados ao negócio de geração térmica e comercialização de energia, com destaque para diretrizes específicas de risco em gestão de energia nos ambientes de contratação livre e regulado. Estabelece ainda limites e regras para mitigação do risco hidrológico, risco financeiro e de volume para a exposição do portfolio de energia do grupo.

- Política de Risco para o negócio de Redes: estabelece os princípios, diretrizes e limites para controle e gestão dos riscos associados ao negócio de distribuição e transmissão de energia, com destaque para diretrizes específicas e limites de risco relacionadas ao nível de contratação de energia, aos índices dos processos de unitização, investimentos e gastos para eficiência na revisão e reajuste tarifário, ao índice de inadimplência e perdas, ao volume de investimentos, à qualidade do serviço, operação e manutenção da rede e à gestão de empresas prestadoras de serviços, dentre outros.
- Política de Risco do Negócio de Renováveis: estabelece os princípios, diretrizes e limites para controle e gestão dos riscos associados ao negócio de geração de energia renovável, com destaque para diretrizes específicas de risco em gestão de energia nos ambientes de contratação livre e regulado, em operação e manutenção e em novos investimentos, índices de disponibilidade, resarcimento, variabilidade dos recursos, revisão de garantia física, dentre outros.

Riscos para os quais se busca proteção

i. Riscos para os quais se busca proteção

Os principais riscos para os quais a Companhia pode estar exposta e busca gerir e mitigar envolvem:

- Negócio: Possibilidade de perdas econômicas ou financeiras devido à incerteza das variáveis intrínsecas aos negócios, como por exemplo, o balanço de oferta/demanda de energia elétrica, a hidrologia e a estratégia dos demais agentes.
- Financeiro: Possibilidade de perdas econômicas ou financeiras devido à exposição a variáveis de mercado, como por exemplo, taxas de câmbio, taxas de juros, preços de commodities, preços e taxas de ativos financeiros, dentre outros.
- Mercado de Energia: entendido como a exposição dos resultados e patrimônio do grupo às variações de preços e de outras variáveis de mercado, como por exemplo, movimentos adversos nos preços de energia no curto e longo prazo e aos efeitos de outros fatores e riscos que impactem os preços de energia;
- Crédito: Possibilidade de perdas econômicas ou financeiras devido ao não cumprimento de obrigações financeiras e contratuais de contrapartes, como inadimplência ou não performance dos contratos existentes;
- Governança: Perseguir o atingimento dos objetivos corporativos e a maximização, de forma sustentável, de seu valor econômico no longo prazo, em conformidade com seu interesse corporativo, sua cultura e visão corporativas, levando em conta o interesse legítimo, público ou privado, que permeia todas as atividades de negócio, particularmente entre os diferentes grupos de interesse como as comunidades e territórios onde atua a Companhia e seus profissionais. Para tanto, é imprescindível o cumprimento de um sistema de governança corporativa, integrando os Estatutos Sociais, propósito e valores do grupo Neoenergia, o Código de Ética, Políticas Corporativas e as normas de governança corporativa, aprovados pelos órgãos competentes das companhias, e alinhado às melhores práticas de mercado para governança.
- Regulatórios e políticos: Possibilidade de perdas econômicas ou financeiras devido à criação ou alteração nas normas estabelecidas pelos órgãos reguladores sobre as quais o setor elétrico ampara suas operações, tais como mudança no grau de controle das atividades reguladas e condições de fornecimento, ou fiscal, incluindo os riscos de mudança política que possam afetar a segurança jurídica e o marco legal aplicável aos negócios em cada jurisdição, a nacionalização ou expropriação de ativos, cancelamento de licenças e descumprimento parcial ou total dos contratos e risco legal ou de fraude.
- Operacionais, tecnológicos, ambientais, sociais e legais: Possibilidade de ocorrência de perdas econômicas ou financeiras, diretas ou indiretas, resultantes de processos internos inadequados, falhas tecnológicas, erros humanos, de sistemas ou ainda de certos eventos externos, incluindo o

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

impacto econômico, social, ambiental e reputacional, bem como o risco legal e de fraude. Esses riscos incluem ainda aqueles associados à tecnologia da informação e à segurança cibernética, bem como risco de obsolescência tecnológica, dentre outros.

- Reputacionais: potencial impacto negativo no valor do grupo Neoenergia devido à conduta, comportamento e posicionamento da empresa em desacordo com as expectativas criadas pelos diversos grupos de interesse, incluindo os comportamentos ou condutas relacionadas à corrupção.

A Companhia, na gestão do negócio, analisa estes riscos e define estratégias para gerenciar o impacto sobre seu desempenho, em consonância com sua Política Geral de Gestão de Risco Corporativo e demais políticas aplicáveis.

Além disso, também se considera como mecanismos de proteção aos riscos descritos no item 4.1 o monitoramento periódico dos limites de risco aprovados pelo Conselho de Administração, a execução e acompanhamento das ações contínuas e dos planos de mitigação dos riscos a avaliação de risco de fornecedores e, ainda o reporte periódico de tais informações aos fóruns competentes, com destaque para o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal, a Diretoria e os demais comitês ou comissões relacionadas à atividade de gestão de riscos na Companhia.

ii. Instrumentos utilizados para proteção

A gestão e mitigação dos riscos é resultado do processo de identificação dos riscos que é realizado junto às áreas responsáveis, Planos de Longo Prazo e Objetivos Corporativos da Companhia.

Após sua identificação, os riscos são classificados de forma padronizada de acordo com as seguintes características: categoria; relevância; evolução em relação ao período anterior; descrição dos fatores de risco; horizonte de tempo; impacto; probabilidade de ocorrência; e 'dono' do risco.

Com a identificação e classificação dos riscos, são discutidos e propostos indicadores, ações de mitigação, planos de ação e os respectivos responsáveis. A consolidação dessas informações compõe o mapa de riscos, encaminhado para apreciação da Diretoria, periodicamente.

A Superintendência de Gestão de Riscos tem a função de monitorar a evolução, os impactos e a probabilidade de ocorrência dos riscos, o que inclui o acompanhamento das ações de mitigação e planos de ação.

O Conselho de Administração aprova anualmente os limites de riscos que são parte integrante das políticas de risco aprovadas para a Companhia.

Especificamente em relação à eventual exposição a situações que infrinjam a legislação anticorrupção ou de combate à lavagem de dinheiro, em virtude das relações da Companhia com autoridades, órgãos reguladores e a administração pública em geral, o Grupo Neoenergia dispõe de uma Superintendência de Compliance corporativa, responsável por gerir um programa de integridade para todas as empresas do Grupo e estabelecer medidas de prevenção a riscos de corrupção e prática de atos ilícitos, bem como ações de reação a situações de não conformidade porventura identificadas. Dentre essas medidas e ações destacam-se:

- Disponibilização para todos os colaboradores e executivos de todos os documentos de integridade (Código de Ética, políticas e procedimentos de integridade e de combate à corrupção)
- Treinamentos de executivos e colaboradores sobre o Código de Ética Política Anticorrupção e Política de Prevenção de Delitos, com o objetivo de fortalecer uma cultura de integridade e de tolerância zero em relação à corrupção e atos ilícitos. Vide mais informações sobre o treinamento para liderança de colaboradores no item 5.6 deste Formulário de Referência.
- Avaliação de riscos de corrupção e prática de delitos, envolvendo a identificação, qualificação, mitigação e monitoramento dos riscos de compliance a que a empresa e suas controladas estão expostas;
- Processos de due diligence de fornecedores.

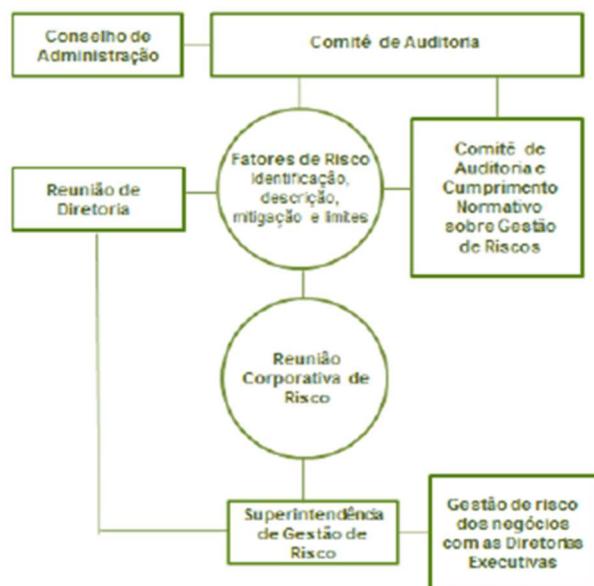
5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- Processos de avaliação de risco de compliance em operações de M&A.
 - Procedimentos específicos para relacionamento com agentes públicos, conforme disciplinado na Norma de Relacionamento com o Poder Público;
 - A Companhia possui um canal de denúncias, anônimo e independente, gerido externamente por empresa especializada, que pode ser utilizado por todos os profissionais do grupo Neoenergia e pelo público externo, e se destina ao recebimento de relatos de condutas contrárias ao Código de Ética, às políticas de integridade e à lei;
 - Procedimentos de investigação: A Companhia possui uma estrutura para identificar condutas irregulares e proceder com as investigações para apurar os fatos, bem como para aplicar eventuais medidas disciplinares cabíveis, além de recomendar aprimoramentos nos processos para a eliminação de não conformidades;
 - Canal de consultas éticas para colaboradores: Ferramenta disponível para esclarecer rapidamente as dúvidas de todos os profissionais da Companhia relacionadas à aplicação do Código de Ética e demais documentos de integridade;
 - Cláusula anticorrupção e procedimentos de due diligence de fornecedores: Além do Código de Ética, a Companhia também adota um modelo de cláusula anticorrupção para seus contratos e procedimentos de due diligence de integridade para relacionamento com fornecedores, por meio do preenchimento de Questionário de Integridade, pesquisas e reputacionais e classificação de risco, conforme estabelecido na Política de Compras e no Procedimento de Due Diligence de Fornecedores.

A Auditoria Interna realiza uma supervisão independente e objetiva de avaliação, destinada a agregar valor e melhorar as operações da organização, por meio do aprimoramento dos instrumentos destinados à gestão de riscos, controles internos, compliance e processos de governança.

iii Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional de gerenciamento de risco da Neoenergia conta com estrutura corporativa:



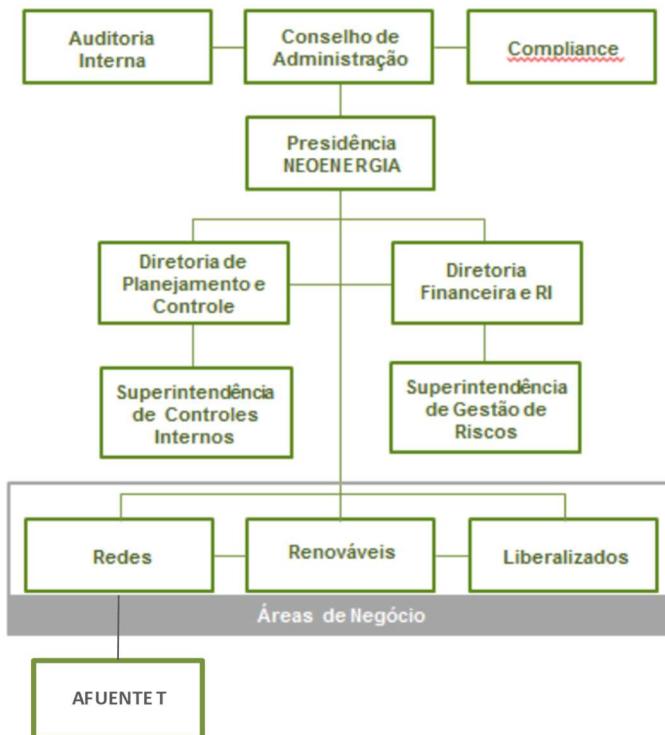
- Conselho de Administração: responsável pela aprovação da Política Geral de Gestão de Risco Corporativo e suas atualizações; pela aprovação das Políticas Específicas de Gestão de Riscos e seus respectivos limites de risco; e pelo acompanhamento periódico da evolução dos indicadores de risco.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- Comitê de Auditoria: responsável por análises, recomendações e acompanhamento da evolução dos indicadores de risco a fim de suportar as decisões do Conselho de Administração;
- Reunião de Diretoria: responsável pela aprovação dos mapas de riscos estratégicos; pela gestão e acompanhamento da evolução dos indicadores de risco; por garantir o alinhamento entre a estratégia organizacional e a gestão de riscos; pela integração da gestão de riscos aos objetivos estratégicos das Companhias e dos negócios do Grupo.
- Reunião Corporativa de Risco: fórum responsável pela exposição dos fatores riscos, avaliação dos mapas de riscos estratégicos, acompanhamento dos limites, indicadores e plano de ação.
- Superintendência de Gestão de Riscos: reporta-se ao Diretor de Finanças e é responsável por atualizar, coordenar e implantar as políticas de gestão de riscos; elaborar os mapas de riscos estratégicos em conjunto com os pontos focais dos riscos; definir, acompanhar e controlar os indicadores, limites e planos de ação em conjunto com as áreas de negócio e corporativas; elaborar os relatórios de acompanhamento para a Diretoria e para o Conselho de Administração; buscar melhorias contínuas do processo de gestão de riscos e disseminar a cultura de gestão de riscos na Companhia e suas controladas.
- Áreas de negócios e corporativas: responsável por auxiliar na elaboração dos mapas de riscos estratégicos; pela proposta, acompanhamento e cumprimento dos indicadores e limites de riscos estabelecidos; pela proposta, execução e controle dos planos de ação e estratégias de mitigação de riscos conforme aprovações das alcadas competentes; por agir proativamente na gestão e mitigação dos riscos, assegurando o papel da área de negócio como a primeira linha de defesa na gestão e controle dos riscos; pelo acompanhamento constante das condições externas de forma a antecipar e mitigar riscos que possam gerar impactos negativos para a Companhia e para o grupo.

Adicionalmente, a gestão de risco é complementada pela estrutura organizacional de governança, riscos e controles do Grupo, que inclui:

i) as superintendências de Auditoria Interna, de Compliance e de Controles Internos do Grupo e de suas Companhias, que garantem o monitoramento sistemático do cumprimento das políticas e estratégias estabelecidas.



5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Estas áreas, em conjunto com Gestão de Risco Corporativo e as áreas de negócios e corporativas, complementam e fortalecem a estrutura de gerenciamento de riscos criando três linhas de defesa:



Neste modelo, as áreas de Negócio são a primeira linha de defesa no gerenciamento de riscos; as diversas funções de controle de riscos e supervisão de conformidade estabelecidas pelo Conselho de Administração (Risco Corporativo, Controles Internos e Compliance) são a segunda linha de defesa; e a avaliação independente feita pela Auditoria Interna é a terceira linha de defesa.

c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Administração entende que sua estrutura operacional está adequada para garantir o cumprimento das diretrizes da Política Geral de Gestão de Risco Corporativo, além de considerá-la alinhada às melhores práticas de mercado.

A gestão dos riscos permeia todos os níveis hierárquicos do grupo Neoenergia e envolve a superintendências Auditoria Interna, Controles Internos e Compliance, além de todas as áreas de negócios ou corporativas definidas como responsáveis por cada risco mapeado.

Cabe destacar ainda que Auditoria Interna é responsável por verificar o cumprimento das políticas e demais normativos da Companhia associados ao plano anual de trabalhos, que se baseia em riscos. O plano anual de trabalhos da Auditoria Interna é referendado pelo Comitê de Auditoria da Neoenergia visando apoiar a realização dos objetivos estratégicos da Companhia e é posteriormente aprovado pelo Conselho de Administração, incluindo tópicos e normativos relacionados à gestão de riscos, tais como:

- Auditoria sobre os controles de monitoramento dos limites e indicadores das políticas de riscos;
- Auditorias anuais relativas ao cumprimento do Código de Ética;
- Revisão semestral do funcionamento dos controles mais críticos do Sistema de Controle Interno sobre a Informação Financeira.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

5.2 - Em relação aos riscos de mercado indicados no item 4.2, informar:

- a. Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política:

Até a publicação deste Formulário de Referência todas as Políticas citadas tiveram suas revisões aprovadas pelo Conselho de Administração em 16 de março de 2020.

Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos.

- b. Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

i. Riscos de mercado para os quais se busca proteção

A Companhia está exposta ao comportamento de diversos fatores de risco de mercado que podem impactar seu fluxo de caixa e o balanço patrimonial principalmente:

- Risco de instabilidade cambial e de preço de commodities: o grupo possui empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e outras despesas e receitas indexadas à moeda estrangeira e preço de commodities. A exposição relativa à captação desses recursos é coberta pela utilização de instrumentos derivativos de proteção econômica e financeira contra a variação cambial.
- Risco de inflação: Conforme mencionado no item 4.1, a elevação das taxas de inflação e eventuais políticas anti-inflacionárias adotadas pelo Governo Federal podem acarretar, em última instância, a elevação das tarifas de energia elétrica e o consequente aumento da inadimplência. Além da elevação das despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos indexados a índices de preços. Entretanto, a Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados à índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação.
- Risco de variação nas taxas de juros: A Companhia busca manter o equilíbrio entre ativos e passivos indexados a taxas de juros, mantendo uma proteção natural entre seus empréstimos e financiamentos e suas aplicações financeiras e priorizando índices de menor volatilidade histórica.

ii. Estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A Companhia possui política de gerenciamento de riscos, que tem o propósito único e específico proteger a empresa de eventuais exposições a fatores que possam afetar suas operações e sua posição financeira.

As principais diretrizes em relação a estratégias de hedge, são:

- Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ser protegido e convertido para Reais por meio de operações de hedge;
- O risco de câmbio e de preço de commodities deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor;
- Instrumentos não-dívida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de hedge para mitigar o risco cambial;
- Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de hedge para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto à composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

- Não é permitida a contratação de derivativos para fins especulativos. Sua utilização é dedicada exclusivamente para fins de hedge; e
- Não é permitida a contratação de derivativos ‘exóticos’ nem ‘alavancados’.

iii. Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Não aplicável. A Afluente T não possuía instrumentos de hedge em 31 de dezembro de 2020, por não possuir exposição aos riscos de mercado.

iv. Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

As operações seguem periodicamente a governança da Companhia, sendo avaliadas e reportadas ao Comitê Financeiro e aprovadas pelo Conselho de Administração, de acordo com a regra de alçadas.

Com o objetivo de verificar o enquadramento ou desenquadramento do risco de variação cambial e risco de taxas de juros e índices de preços, conforme mencionado no item 4.2 deste Formulário de Referência, é realizado o monitoramento da razão entre o valor nominal da exposição pelo valor nominal do hedge de forma a se obter o índice próximo de 100%.

Dentre os parâmetros utilizados para verificar o enquadramento das estratégias de mitigação adotadas, destacam-se: i) a verificação da execução dos programas de hedge conforme aprovação; ii) a verificação do alinhamento entre os fluxos de caixa do item protegido e do instrumento de hedge, principalmente os montantes e respectivos vencimentos; iii) a atualização periódica das exposições estimadas para evitar risco de *overhedge*.

Por fim, a Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas de recursos e linhas de crédito aprovadas com algumas das principais instituições financeiras do país, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Adicionalmente, a Companhia acompanha mensalmente, por meio de índices de liquidez, a capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos dentro de um período de 12 (doze) meses.

v. Se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

O grupo Neoenergia não opera instrumentos financeiros derivativos para fins que não sejam de proteção (hedge). A Política de Riscos Financeiros proíbe a utilização de derivativos para fins especulativos, bem como a contratação de derivativos exóticos ou alavancados.

A utilização de derivativos tem como propósito único e específico proteger ativos e passivos relevantes da empresa, em especial passivos contratados em moedas estrangeiras, a variações dessas moedas ou taxas de juros estrangeiras.

vi. Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado do Grupo Neoenergia é composta principalmente pelo Conselho de Administração, Comitê Financeiro, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Superintendência de Risco, além das estruturas de Auditoria Interna e de Controles Internos.

O Comitê Financeiro, integrado por representantes dos acionistas, tem como principais competências acompanhar a evolução dos indicadores e situação financeira da Companhia, avaliar as premissas do Plano Financeiro Anual, acompanhar as premissas e resultados da carteira de aplicação e de dívida, bem como avaliar e recomendar alternativas para otimização de gestão de recursos e todas as operações financeiras de competência do Conselho de Administração.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alçadas do Grupo Neoenergia e estatutos das empresas do Grupo, entre elas a Afluente T, e normalmente envolvem a Diretoria Executiva e/ou o Conselho de Administração, após apreciação do Comitê Financeiro.

É responsabilidade da Superintendência Corporativa de Riscos definir as estratégias de acompanhamento, mitigação e controle de riscos de mercado envolvendo outras exposições e derivativos, enquanto a Superintendência Corporativa Financeira é responsável pela execução das operações que envolvam derivativos. A independência entre as áreas garante um controle efetivo sobre estas operações.

Além disso, a gestão de riscos de mercado faz parte de toda a estrutura de gestão de riscos e controles descrita no item 5.1 deste Formulário de Referência, que inclui responsabilidades bem definidas para o Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Superintendência Corporativa de Riscos e Superintendência de Gestão de Risco, além da estrutura de linhas de defesa que conta a participação das áreas de negócio e corporativas e de Controles Internos, de Compliance e de Auditoria Interna.

c. Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

O acompanhamento das estratégias de acompanhamento, mitigação e controle de risco de mercado são realizados periodicamente nas reuniões do Comitê Financeiro do Grupo Neoenergia, que avalia se as estratégias foram executadas conforme aprovado de acordo com normativos.

A Auditoria Interna está estruturada para testar o cumprimento das diretrizes e políticas, enquanto a área de Controles Internos está estruturada para garantir o controle dos riscos relacionados à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras, onde ocorre a divulgação específica das estratégias envolvendo derivativos. Além disso, auxilia as áreas de negócio na identificação da necessidade de criação e melhoria de controles, bem como a eficiência e eficácia dos processos administrativos e operacionais. Os resultados dessas auditorias são reportados diretamente ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração da Neoenergia e ao Conselho de Administração da empresa.

O Comitê de Auditoria da Neoenergia, controlador do Emissor, tem como objetivo assegurar que as atividades da auditoria interna estejam alinhadas com os objetivos da Companhia, por meio da definição de diretrizes políticas de atuação e aprovação do plano de auditoria. Também compete ao Comitê a revisão das deficiências de Controle Interno apontadas nos relatórios de auditoria e a análise das medidas de correção adotadas, bem como acompanhamento e atuação na regularização dos pontos de auditoria.

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado a estrutura operacional e de controle internos do Grupo Neoenergia para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e Política de Risco de Crédito.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3 - Descrição dos controles internos

O grupo Neoenergia possui uma Superintendência específica para os assuntos referentes a Controles Internos, a qual reporta para a Diretoria de Controle Patrimonial e Planejamento. Juntamente com três outras Superintendências: Riscos, Compliance e Auditoria Interna atua nas tratativas dos temas correlatos.

O Grupo implementou e mantém um ambiente de controles internos de modo a fornecer aos seus acionistas segurança sobre a confiabilidade de suas demonstrações e demais informações financeiras, adotando como principal referência o modelo do COSO 2013 – Committee of Sponsoring Organization of the Treadaway Commission. Tal referência é utilizada no âmbito de todas as empresas do grupo, considerando a análise de materialidade das demonstrações financeiras e os princípios básicos de governança corporativa

O auxílio e suporte aos gestores no grupo são realizados pela Superintendência de Controles Internos.

O ambiente de controles internos é suportado por sistemas, os quais proporcionam maior segurança e confiabilidade aos processos. Dentre os diversos sistemas periféricos que também possuem controles automatizados implementados, destacamos o sistema de gestão SAP-R3 com seus módulos principais e o SAP-BPC responsável pela consolidação das contas contábeis, que gerenciam um número elevado dos controles automatizados. Para assegurar a adequada segregação de função e as premissas de aprovação adotadas pela Administração, a Companhia possui a norma de limites e alçadas documentada e implementada no sistema SAP R3.

Os perfis de acesso estão parametrizados no sistema SAP, e os conflitos mapeados e controlados por meio de ferramenta específica SAP-GRC.

Para a criação, liberação e alteração de perfil, existe um fluxo de aprovação envolvendo os líderes de área, proprietários das informações, usuários chave, Controles Internos e TI.

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Superintendência de Controles Internos do Grupo tem a atribuição de auxiliar a Administração no desenho e implantação dos controles sobre os relatórios financeiros, seguindo as melhores práticas de mercado.

Para tanto, foi elaborada uma metodologia e regimento de trabalho visando envolvimento das áreas de negócio, padronização e qualidade dos trabalhos desenvolvidos. Os controles internos do Grupo sobre os relatórios financeiros destinam-se ao oferecimento de garantias com relação à preparação e à apresentação adequada das demonstrações financeiras publicadas. Assim como ocorre em qualquer sistema de controles internos e devido às suas limitações inerentes, o controle interno sobre os relatórios financeiros eventualmente poderá não impedir ou detectar declarações inverídicas.

Com relação aos controles para assegurar a confiabilidade dos números financeiros, o Grupo adota em seu modelo de controles internos as referências do COSO 2013, utilizando ferramenta de apoio informatizada e online para sua documentação, monitoramento e certificação das informações financeiras e controles, conferindo transparência e confiabilidade aos números da Companhia. Além dos controles para confiabilidade dos números financeiros, são realizados diversos trabalhos de mapeamento de processos e desenho de controles, visando à melhoria contínua e a maior confiabilidade dos processos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

O sistema de controles internos está em constante evolução, acompanhando e sendo atualizado de acordo com as principais mudanças ocorridas no Grupo ou novas práticas apontadas pelo mercado.

A efetividade dos controles internos é testada pela área de Auditoria Interna do Grupo. Os testes são realizados seguindo a metodologia estabelecida pela Auditoria Corporativa do Grupo Neoenergia. Os resultados destes testes contribuem para o fortalecimento da eficiência dos controles, confiabilidade e integridade da informação financeira, bem como para a disseminação da importância destas ações dentro da organização.

b. as estruturas organizacionais envolvidas

No Grupo, a avaliação dos controles internos é conduzida por meio de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Superintendências de Controles Internos, Riscos e Compliance, além da Auditoria Interna e áreas de negócio. Compete ao Conselho de Administração ter ciência das deficiências significativas e fraquezas materiais encontradas no ambiente de controles internos do Grupo validando as ações cabíveis para mitigação das deficiências encontradas.

A Diretoria Executiva, em relação ao ambiente de controle, tem como principais atribuições: ter ciência, propor e/ou autorizar e acompanhar a implantação e execução dos controles para mitigação dos riscos de negócio, e acompanhar a implementação de controles internos decorrentes de deficiências identificadas pelos Auditores Independentes.

O Grupo possui uma Superintendência específica para os assuntos referentes a Controles Internos, a qual reporta para a Diretoria de Controle Patrimonial e Planejamento e comunica mensalmente a alta administração uma síntese do ambiente de controle do Grupo. Existem ainda três outras Superintendências, as quais sejam, (i) Riscos, que se reporta à Diretoria Executiva de Finanças e Relações com Investidores, (ii) Compliance, que se reporta ao Conselho de Administração, por intermédio do Comitê de Auditoria e (iii) Auditoria Interna, que também se reporta ao Conselho de Administração, sendo que tais Superintendências atuam em conjunto para as tratativas dos temas correlatos. Abaixo estão listadas as principais atribuições de cada uma.

Superintendência de Controles Internos: (i) elaborar e executar o plano de trabalho de mapeamento de processos, identificar riscos e desenhar de controles para assegurar a confiabilidade das demonstrações financeiras; (ii) acompanhar a evolução do ambiente de controle do Grupo, monitorando a implantação e execução dos controles; (iii) promover semestralmente por parte da alta administração, certificação formal dos números contábeis divulgados ao mercado

Superintendência de Riscos: (i) conduzir o processo de elaboração e atualização da matriz de riscos estratégicos do Grupo, recomendando ações mitigatórias; e (ii) elaborar as políticas de riscos.

Superintendência de Compliance: (i) elaborar e manter o programa de integridade em conformidade com o Sistema de Compliance da Neoenergia; (ii) avaliar as violações ao Código de Ética e demais normativos de compliance; (iii) elaborar políticas e normas de compliance; (iv) identificar e conduzir ações de mitigação para os riscos de corrupção e fraude no Grupo; v) avaliar riscos e aspectos reputacionais de fornecedores e, vi) elaborar o relatório anual das atividades de Compliance e prevenção de delitos

Superintendência de Auditoria Interna: (i) planejar e executar o plano anual de trabalho, recomendando controles para o tratamento dos gaps identificados; (ii) monitorar e reportar para a Diretoria Executiva e comitês de assessoramento do Conselho de Administração sobre o acompanhamento e a implementação de controles internos decorrentes de deficiências identificadas pelos Auditores

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Independentes.

Cabe às áreas de negócio participarem do desenho dos controles, implementá-los e executá-los.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

As informações apresentadas à Administração sobre o ambiente de controle demonstram principalmente: (i) percentual de controles implementados e não implementados durante as fases dos projetos de expansão da metodologia aos demais negócios; (ii) percentual de controles executados fora do prazo; (iii) controles executados como não satisfatórios e, (iv) controles com evidências inadequadas.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

De acordo com o relatório preparado e encaminhando por nossos auditores independentes relativo às Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, foram identificadas melhorias e deficiências, sendo apenas uma deficiência classificada como significativa.

A deficiência classificada como significativa, trata do seguinte tema: Monitoramento das atividades de usuários privilegiados nos ambientes SAP, GRC, sistema operacional e respectivos bancos de dados

Como forma de correção da deficiência, os Auditores Independentes recomendaram: monitoramento e revisão das ações executadas pelos usuários.

A Auditoria Interna realiza avaliações sobre a eficácia dos controles internos baseadas no maior nível de independência e objetividade dentro da organização. Os resultados dessas avaliações são reportados à alta administração e ao Comitê de Auditoria.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Todos os pontos de melhoria identificados nos trabalhos dos Auditores Independentes foram direcionados pela Administração, e o tratamento está sendo realizado pelas áreas de negócio com o acompanhamento da Superintendência de Controles Internos.

Em relação à deficiência classificada como significativa, o plano de ação acordado para solução do problema foi implementado em 31/12/2020, porém devido a metodologia do Auditor Independente, esta deficiência permanecerá na carta, uma vez que durante o exercício de 2020 a solução ainda não estava implantada.

Apesar da deficiência apontada, a Companhia possui controles robustos de liberação de acessos e revisão de perfis.

Vale destacar que a deficiência apontada não se materializou, não gerando impactos nos números contábeis, bem como não afetou a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

5.4 - Programa de Integridade

Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo Grupo Neoenergia para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

- a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:**

A Companhia dispõe de um conjunto normativo que integra seu Programa de Integridade que, baseado no Sistema de Compliance do Grupo Neoenergia, lhe permite prevenir, detectar e sanar condutas inadequadas por parte de seus colaboradores, bem como educá-los e treiná-los para o fortalecimento de uma cultura de integridade.

Destaca-se nesse conjunto normativo os seguintes documentos:

- Código de Ética;
- Política Geral de Governança Corporativa;
- Política Anticorrupção;
- Política de Prevenção de Delitos;
- Norma de Brindes, Presentes, Hospitalidades e Vantagens;
- Norma de Doações e Patrocínios;
- Política de Compras;
- Política de Risco Reputacional;
- Norma de Limites e Alçadas;
- Norma de Relacionamento com o Poder Público;
- Norma de aplicação de medidas disciplinares;
- Procedimento para Conflito de Interesse e Operações Vinculadas;
- Procedimento de Due Diligence de Fornecedores;
- Procedimento de Due Diligence de Investimento/Desinvestimento;
- Procedimento de Investigação Interna de Relatos;
- Regimento Interno da Superintendência de Compliance; e
- Norma Básica de Auditoria Interna.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Além dos normativos listados acima, o Grupo Neoenergia e a Companhia dispõem de: 1) sistema de reporte para denúncias associado com equipes para investigação interna; 2) procedimento para consultas, com o objetivo de permitir aos colaboradores esclarecerem dúvidas sobre o Código de Ética e demais normativos de integridade e sua aplicação no dia a dia; 3) questionários de compliance para fornecedores e proponentes de patrocínios; 4) processo de due diligence para avaliação de fornecedores e beneficiários de doações e patrocínios e avaliação de projetos de investimento; 5) avaliação anual de riscos de compliance e de prática de delitos; 6) treinamentos periódicos gerais sobre Código de Ética e prevenção da corrupção e treinamentos específicos de temas de integridade para equipes e, 7) avaliação de integridade e reputacional para colaboradores em cargo de liderança e de conselhos.

A avaliação de riscos de integridade é efetuada ou revisada anualmente pela Superintendência de Compliance. O Grupo Neoenergia executa diversas atividades com o objetivo de realizar levantamento de riscos de corrupção e de prática de delitos, e, assim, atuar na prevenção e melhoria de seu programa de integridade, garantindo sua efetividade.

Ademais, o monitoramento constante das condutas de seus colaboradores, por meio de verificações pontuais, bem como pelo tratamento das informações recebidas nos canais de consultas e denúncias, proporciona uma análise das situações e permitem a propositura e implementação de melhorias de processos e procedimentos.

Quanto às políticas de integridade, estas são revisadas com periodicamente, sempre que necessário, considerando o processo de melhoria contínua do Programa de Integridade.

- ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

Para o funcionamento dos mecanismos e procedimentos internos de integridade O Grupo Neoenergia dispõe de uma Superintendência de Compliance, que se reporta ao Conselho de Administração por intermédio de seu Comitê de Auditoria, com independência de atuação e orçamentária, cuja criação foi aprovada formalmente pelo Conselho de Administração, e que tem como principais atribuições: (i) elaborar e manter o programa de integridade, zelando pela efetividade do Sistema de Compliance; (ii) administrar o canal de denúncias e os relatos nele registrados; (iii) investigar e avaliar as violações aos normativos de integridade; (iv) elaborar/revisar políticas e normas de compliance; (v) identificar e conduzir ações de mitigação para os riscos de corrupção e fraude e condutas ilícitas na Companhia; (vi) estruturar e executar treinamentos e comunicações de integridade para os colaboradores da Companhia e, (vii) efetuar due diligences para fornecedores e em projetos de investimento.

O Grupo Neoenergia dispõe de outros órgãos que tem responsabilidades correlatas com o Programa de Integridade, e que interagem com a Superintendência de Compliance: (i) Superintendência de Controles Internos, (ii) Superintendência de Gestão de Riscos e, (iii) Superintendência de Auditoria, cujas atribuições já foram especificadas no item 5.3, alínea “b”.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Também fazem parte da estrutura de monitoramento do funcionamento dos mecanismos e procedimentos de integridade do Grupo Neoenergia os Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, em especial ao Comitê de Auditoria, cuja atribuição é assessorar o Conselho de Administração, principalmente nos seguintes temas referentes ao ambiente de controle: (i) acompanhamento da implantação e execução de controles para mitigação dos riscos de negócio; (ii) acompanhamento da implementação de controles internos decorrentes de deficiências identificadas pelos Auditores Independentes; (iii) ter conhecimento dos trabalhos conduzidos pela área de Compliance e, (iv) aprovação do plano de trabalho da Auditoria Interna.

Além disso, a Diretoria Executiva, em relação ao ambiente de controle, tem como principais atribuições: ter ciência, propor e/ou autorizar e acompanhar a implantação e execução dos controles para mitigação dos riscos de negócio, e acompanhar a implementação de controles internos decorrentes de deficiências identificadas pela Superintendência de Compliance e os Auditores Independentes.

b. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

A Neoenergia possui Código de Ética formalmente aprovado pelo Conselho de Administração, cuja última atualização ocorreu em 09 de fevereiro de 2021.

Se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados:

O Código de Ética se aplica indistintamente a todos os colaboradores do Grupo Neoenergia, independentemente do cargo, posição hierárquica ou tipo vínculo. Aplica-se também aos seus fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados.

Se, e com que frequência, os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema:

O Grupo Neoenergia oferece, pelo menos anualmente, treinamentos e realiza ações de comunicação contínuas relacionados à ética, integridade, a seu Código de Ética e práticas anticorrupção para sua liderança e seus colaboradores, por meio dos módulos presenciais (não executados em 2020, por conta da pandemia de COVID 19) e online, sendo alguns deles obrigatórios, tais como: Treinamento de Compliance (Código de Ética e Política Anticorrupção) e Treinamento de integridade no programa de integração de novos colaboradores.

As sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas:

O Grupo Neoenergia possui uma estrutura e previsão normativa para identificar desvios de conduta por meio de investigações, bem como para aplicar eventuais medidas disciplinares cabíveis, além de recomendar aprimoramentos nos processos e procedimentos, a fim de se mitigar o risco de novas ocorrências dos fatos apurados. Na Norma de Medidas Disciplinares também está prevista sanção para não realização dos aceites do Código de Ética e políticas de integridade, bem como, a não realização dos treinamentos obrigatórios de compliance. As sanções previstas e que podem ser aplicadas estão definidas em legislação específica (CLT), e

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

vão desde advertência até demissão por justa causa, a depender da gravidade da conduta, ou ainda rescisão do contrato do executivo ou fornecedor, previsto no próprio Código de Ética e na Norma de Medidas Disciplinares.

Órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:

A atual versão do Código de Ética do Grupo Neoenergia foi aprovada no Conselho de Administração da Neoenergia em 09 de fevereiro de 2021 e divulgada na rede interna da Companhia e no website da Companhia e das respectivas empresas do Grupo, na página Governança Corporativa – Propósito, Valores e Código de Ética.

c. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

i. Se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros:

A Companhia possui um canal de denúncias externo, de abrangência interna e externa, gerido por empresa especializada contratada.

ii. Se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados:

O Canal de Denúncias pode ser utilizado por todos os profissionais do Grupo Neoenergia e pelo público externo, e se destina ao recebimento de relatos de condutas contrárias ao Código de Ética, às políticas de integridade e à lei.

d. Se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé:

O Canal de Denúncias, gerido por empresa especializada seguindo as melhores práticas de mercado, proporciona a preservação da confidencialidade e o anonimato do denunciante. Adicionalmente, o Código de Ética estabelece a regra de não retaliação aos denunciantes de boa-fé. A Superintendência de Compliance, que é dotada de autonomia, tem poder para investigar e recomendar medidas disciplinares para eventuais casos de retaliações ou punições contra aqueles que apresentem denúncias ou reclamações.

i. Órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias:

A Superintendência de Compliance é o órgão responsável pela gestão de todo o processo de apuração das denúncias, incluindo a realização de investigações.

e. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

A Companhia possui Procedimento de Due Diligence de Investimento/Desinvestimento, o qual foi aprovado em dezembro de 2018 e Norma de Investimento e Desinvestimento, aprovada em abril 2018 com o objetivo de identificar vulnerabilidades em termos reputacionais, de corrupção, lavagem de dinheiro, fraude e prática de delitos no âmbito de processos investimento e desinvestimento da Companhia, o que inclui fusões, aquisições e reestruturações societárias.

- f. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido**

Não aplicável.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

5.5. - Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos” (redação dada pela Instrução CVM nº 586, de 08 de junho de 2017.)

Todas as alterações de Gestão de Risco foram inseridas nos itens anteriores.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

5.6 Outras informações que o emissor julgue relevantes

A Neoenergia obteve em 2018 e 2019 o Selo Pró Ética, outorgado pelo Ministério da Transparéncia e Controladoria Geral da União, e está inscrita para edição 2020/21, cujo resultado só ocorrerá em dezembro de 2021. Em 2018, obteve nota máxima (10,0) em transparéncia organizacional e programa anticorrupção entre as 100 maiores empresas e os 10 maiores bancos brasileiros, conforme documento “Transparéncia em relatórios corporativos”, editado pela Transparéncia Internacional.

Treinamentos em ética e integridade (que engloba o Código de Ética e Política Anticorrupção) para líderes e colaboradores: O Grupo Neoenergia realizou treinamentos virtuais para os líderes e colaboradores, totalizando 772 participações de líderes e um total de 12.679 colaboradores em todo o grupo.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9 devem ser lidas em conjunto com (i) nossas demonstrações financeiras auditadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 e suas respectivas notas explicativas. Nossas demonstrações financeiras auditadas foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, e as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as práticas contábeis previstas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela CVM.

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos nossos Diretores. Dessa forma, as avaliações, opiniões e comentários dos nossos Diretores, ora apresentadas, traduzem a visão e percepção de nossos Diretores sobre nossas atividades, negócios e desempenho, bem como visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar nossas demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

10.1 - Comentários dos Diretores sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A Afluente T é uma empresa que atua no setor elétrico na área de Transmissão. A geração de caixa da companhia tem sido suficiente para cobrir as despesas operacionais e o pagamento do serviço da dívida.

Os diretores entendem que a Companhia apresentou, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, condições financeiras e patrimoniais adequadas para desenvolver as atividades da Companhia, implementar seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto, médio e longo prazos.

Exercício findo em 31 de dezembro de

(Em milhares de R\$, exceto os índices)	2020	2019	2018
Lucro Líquido	18.709	25.257	22.616
EBITDA ⁽¹⁾	19.171	24.961	22.903
Patrimônio Líquido	187.459	214.346	195.754
Endividamento bruto ⁽²⁾	739	1.248	1.976
Endividamento líquido ⁽³⁾	(30.470)	(50.498)	(29.236)
Caixa e equivalentes de caixa (considera títulos e valores mobiliários circulante e não circulante)	31.209	51.746	31.212
Índice endividamento líquido/endividamento bruto + Patrimônio líquido ⁽⁴⁾	-0,16	-0,23	-0,15
Índice endividamento líquido/EBITDA ⁽⁵⁾	-1,59	-2,02	-1,28

(1) EBITDA (sigla em inglês para LAJIDA – Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, em consonância com a Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, conforme alterada (“Instrução CVM 527”), conciliada com suas demonstrações financeiras e/ou Informações Trimestrais – ITR. O EBITDA consiste no lucro líquido da Companhia, acrescido do resultado financeiro líquido, do imposto de renda e da

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

contribuição social, e dos custos e despesas com depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (“IFRS”). O EBITDA não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados, não deve ser considerado como um lucro líquido alternativo, bem como não é substituto do fluxo de caixa como indicador de liquidez. Não poderá também ser considerado para o cálculo de distribuição de dividendos. O EBITDA não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. Para reconciliação do EBITDA para o lucro líquido, verificar a seção “3.2 – Medições não contábeis - Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras”.

(2) O endividamento bruto refere-se à soma do saldo de empréstimos e financiamentos (incluindo encargos), debêntures e instrumentos financeiros derivativos, líquidos (circulante e não circulante). Para reconciliação do endividamento bruto, verificar a seção “3.2 – Medições não contábeis - Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras.

(3) O endividamento líquido corresponde ao endividamento bruto deduzido do saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários (circulante e não circulante). O endividamento líquido não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular o endividamento líquido de maneira diferente da Companhia. A administração da Companhia entende que a medição do Endividamento Líquido é útil na avaliação do grau de alavancagem financeira. Para reconciliação do endividamento líquido, verificar a seção “3.2 – Medições não contábeis - Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras.

(4) Índice representado pelo endividamento líquido dividido pela soma do endividamento líquido com o patrimônio líquido consolidado.

(5) Índice representado pelo endividamento líquido dividido pelo EBITDA dos últimos 12 meses.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2020

No âmbito financeiro, a Companhia registrou em 2020 lucro líquido de R\$ 18.709 mil, 25,9% inferior ao registrado em 2019. O endividamento bruto da Companhia, incluindo empréstimos e financiamentos (incluindo encargos) e debêntures (circulante e não circulante), atingiu R\$ 739 mil em 31 de dezembro de 2020, apresentando uma redução de R\$ 509 mil em relação a 31 de dezembro de 2019.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2019

No âmbito financeiro, a Companhia registrou em 2019 lucro líquido de R\$ 25.257 mil, 11,7% superior ao registrado em 2018. O endividamento bruto da Companhia, incluindo empréstimos e financiamentos (incluindo encargos) e debêntures (circulante e não circulante), atingiu R\$ 1.248 mil em 31 de dezembro de 2019, apresentando uma redução de R\$ 728 mil em relação a 31 de dezembro de 2018.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2018

No âmbito financeiro, a Companhia registrou em 2018 lucro líquido de R\$22.616 mil, R\$10.099 mil superior ao registrado em 2017. O endividamento bruto da Companhia, incluindo empréstimos e financiamentos (incluindo encargos) e debêntures (circulante e não circulante), atingiu R\$1.976 mil em 31 de dezembro de 2018, apresentando uma redução de 27% (R\$0,8 milhões) em relação a dezembro de 2017.

Índices de Liquidez	Exercício social findo em		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Liquidez Corrente (Ativo Circulante/Passivo Circulante)	7,91	18,09	19,71
Liquidez Seca (Ativo Circulante - Estoques/Passivo Circulante)	7,91	18,09	19,71

Considerando que a Afluente T apresenta índices de liquidez compatíveis com o setor, a Diretoria entende que a Companhia tem condições financeiras e patrimoniais para dar continuidade às suas atividades.

Adicionalmente, caso se identifique a necessidade de acessar o mercado para financiar seus investimentos ou para captar recursos para capital de giro, os diretores da Companhia entendem que a Afluente T tem capacidade para contratá-los, visto que atualmente tem acesso a fontes de financiamento para o desenvolvimento de seus negócios.

Outros eventos relacionados a situações não administráveis pela Companhia são comentados nos itens subsequentes, assim como seus potenciais efeitos sobre a liquidez.

b. estrutura de capital

A estrutura de capital da Companhia teve a seguinte evolução nos últimos três anos:

Estrutura de Capital	Exercício Social terminado em					
	2020		2019		2018	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Capital de Terceiros	20.324	9,78%	11.309	5,01%	10.446	5,1%
Capital Próprio	187.459	90,22%	214.346	94,99%	195.754	94,9%

Nota: O Capital de Terceiros considera Passivo Circulante e Não Circulante. Capital Próprio considera o valor do Patrimônio Líquido.

Em 31 de dezembro de 2020, a participação de terceiros representava 9,78% do passivo total da Companhia; 3,64% deste valor é referente a sua dívida bruta, refletindo os investimentos em crescimento orgânico, aquisições e instalações de novos equipamentos em unidades existentes.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

i. hipóteses de resgate

Não existe hipótese de resgate de ações previstas no Estatuto Social da Companhia.

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

Não aplicável, pois não existe fórmula de cálculo preestabelecida de cálculo do valor de resgate das ações ou quotas.

c. comentário sobre a capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

As dívidas da Companhia têm aval de sua controladora, a Neoenergia S.A. Todos os contratos com cláusulas de *covenants* estão sujeitos aos índices apurados com base nos dados consolidados do Grupo e esses são apresentados logo abaixo:

Indicador	Valores em R\$ mil		
	2020	2019	2018
Dívida Líquida	18.527.451	17.134.123	15.865.141
EBITDA	6.495.775	5.719.418	4.552.133
Dívida Líquida/EBITDA	2,85	3,00	3,49

Fonte: DFP Neoenergia.

Além das fontes de financiamento de mercado, a controladora Neoenergia vem garantindo qualquer eventual necessidade de caixa da Companhia para investimento ou capital de giro.

Cronograma de amortização, com data-base de 31/12/2020

O gráfico abaixo apresenta o cronograma de vencimentos de principal e juros da dívida, utilizando as curvas *forward* de mercado para os indexadores e moedas atrelados ao endividamento da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2020. Sendo assim, as informações apresentadas abaixo diferem das do cronograma de vencimentos apresentado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020, que considera os índices e moedas realizados no encerramento do período e não as projeções de mercado.



A Afluente T não tem *rating* atrelado, por isso apresentamos abaixo o *rating* do Grupo Neoenergia.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 24 de janeiro de 2019, a Standard & Poor's – S&P reafirmou os ratings de crédito corporativo de Neoenergia e suas subsidiárias, Coelba, Celpe, Cosern e Elektro Redes em 'BB' na Escala Global e 'brAAA' na Escala Nacional Brasil, com perspectiva estável, refletindo o rating soberano do Brasil, que limitam os da Neoenergia. Em 10 de dezembro de 2019, a Standard & Poor's – S&P reafirmou os ratings de crédito corporativo da Neoenergia e suas subsidiárias, Coelba, Celpe, Cosern e Elektro Redes em 'BB-' na Escala Global e 'brAAA' na Escala Nacional Brasil, alterando a perspectiva de estável para positiva, refletindo o rating soberano do Brasil, que limitam os da Neoenergia. Nesta mesma data, a S&P reafirmou os ratings de emissão 'brAAA' da Coelba, Celpe, Cosern e Elektro Redes, e 'brAA+' da Neoenergia, Calango 6, NC Energia e Termopernambuco.

Em 06 de Abril de 2020, a Standard & Poor's – S&P alterou a perspectiva dos ratings do Brasil na escala global de positiva para estável, refletindo as menores chances de uma elevação ao longo do próximo ano devido ao impacto negativo da pandemia do Covid-19. Além disso, reafirmou os ratings soberanos "BB-" na Escala Global e 'brAAA' na Escala Nacional Brasil.

A Diretoria da Companhia entende que possui as condições de geração de caixa, patrimoniais e financeiras suficientes para (i) implementar os seus planos de negócios e investimentos e (ii) cumprir com suas obrigações financeiras de curto e longo prazo.

d. comentário sobre as fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Para realizar os investimentos em ativos não circulantes e no capital de giro, a Companhia se utiliza da própria geração de caixa operacional e de financiamentos de terceiros.

A Companhia tem como premissa da sua política financeira buscar diversificar as fontes de financiamento de seus investimentos e capital de giro junto a bancos comerciais, organismos multilaterais e agências de fomento, a exemplo do BNDES, BNB, FINEP, BEI, dentre outros. Além dessas fontes, se aplicável e se necessário, a Companhia pode vir a acessar o mercado de capitais doméstico para complementar suas fontes de financiamento. Também faz parte da estratégia acompanhar e ajustar os compromissos financeiros à geração de caixa, evitando dessa forma captações de curto prazo.

Para informações mais detalhadas sobre os contratos relevantes financiamento da Companhia utilizadas pela Companhia, vide alínea (f) deste item 10.1.

e. comentário sobre as fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Não faz parte da estratégia da companhia acessar fontes de financiamento de capital de giro. Eventualmente pequenas operações podem ser realizadas apenas com o objetivo de equacionamento de fluxo de caixa.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

Faz parte da política de riscos financeiros do Grupo Neoenergia, buscar constantemente alongamento de prazo e redução de custos da sua dívida. O percentual de endividamento, considerando o total do passivo circulante em relação ao total do passivo não circulante é demonstrado na tabela a seguir:

Endividamento	Exercício Social terminado em					
	2020		2019		2018	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Passivo Circulante	6.964	34,26%	4.167	36,84%	2.656	25,43%
Passivo Não Circulante	13.360	65,74%	7.143	63,16%	7.790	74,57%
TOTAL	20.324	100,00%	11.310	100,00%	10.446	100,00%

Em dezembro de 2020, a dívida bruta da Afluente T, incluindo empréstimos e encargos, foi de R\$ 739 mil (dívida líquida negativa em R\$ 30.470 mil), apresentando uma redução de 40% (R\$ 20.028 mil) em relação a Dezembro de 2019. Em relação à segregação do saldo devedor, a Afluente T possui 72,5% da dívida contabilizada no longo prazo e 27,5% no curto prazo.

Em dezembro de 2019, a dívida bruta da Afluente T, incluindo empréstimos e encargos, foi de R\$ 1.248 mil (dívida líquida negativa em R\$ 50.498 mil), apresentando uma redução de 37% (R\$ 728 mil) em relação a Dezembro de 2018. Em relação à segregação do saldo devedor, a Afluente T possui 59,1% da dívida contabilizada no longo prazo e 40,9% no curto prazo.

Em dezembro de 2018, a dívida bruta da Afluente T, incluindo empréstimos e encargos, foi de R\$ 1.976 mil (dívida líquida negativa em R\$ 29.605 mil), apresentando uma redução de 27% (R\$ 729 mil) em relação a dezembro de 2017. Em relação à segregação do saldo devedor, a Afluente T possui 63,0% da dívida contabilizada no longo prazo e 37,0% no curto prazo.

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes;

A tabela abaixo apresenta o contrato de financiamento da companhia:

Credor	Início	Vencimento	Valor de principal	Saldo em 31/12/2020
Banco do Brasil	2010 a 2014	2020 a 2024	737	738 738

Em 31 de dezembro de 2020, o endividamento da Afluente apresentava as seguintes características:

A totalidade da dívida da Companhia é atrelada ao BNDES, via Banco do Brasil como banco repassador, e indexada à taxa Pré-fixada.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Todos os contratos relacionados a empréstimos, financiamentos e debêntures foram descritos acima.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

iii. grau de subordinação entre as dívidas

A Companhia possui dívidas, cuja garantia é o aval da Neoenergia. A descrição destas dívidas por natureza de garantia encontra-se conforme indicado no item 3.8 do Formulário de Referência da Companhia.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Os contratos financeiros do Grupo Neoenergia possuem algumas restrições impostas pelos credores, tais como:

- Limite de endividamento:

A maioria dos contratos restringe o endividamento apenas de forma indireta ao exigir o atendimento de certos indicadores financeiros, tais como Dívida Líquida/EBITDA e EBITDA/Resultado Financeiro, mas no caso específico da Afluente Transmissão S.A. não existe covenant definido nos contratos de financiamento vigentes firmados pela Emissora.

- Distribuição de dividendos:

Algumas dívidas destinadas a financiamento de projetos, tal como dívidas do BNDES, possuem restrições para pagamentos de proventos acima do mínimo legal sem prévia anuênciam do credor, mas no caso específico da Afluente Transmissão S.A. não existe qualquer restrição para pagamento de dividendos acima do mínimo obrigatório nos contratos de financiamento vigentes firmados pela Emissora.

- Alterações societárias:

A maioria dos contratos permite alterações societárias desde que realizadas dentro do Grupo Econômico. As dívidas captadas junto ao BNDES não permitem alterações societárias sem prévia anuênciam.

O Grupo Neoenergia monitora constantemente suas restrições contratuais para que sejam atendidas. No entendimento da Companhia, as restrições dos últimos três exercícios foram atendidas de forma satisfatória.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Todos os financiamentos foram integralmente utilizados.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras de 2020, 2019 e 2018 foram auditadas pela KPMG Auditores Independentes, de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil. A Administração apresenta os Balanços Patrimoniais de 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 com a demonstração de todas as variações e comentários sobre os itens mais relevantes:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

BALANÇOS PATRIMONIAIS - R\$ Mi

	31/12/2020		31/12/2019		31/12/2018		Variação 2019 x 2020		Variação 2019 x 2018	
Ativo										
Circulante										
Caixa e equivalentes de caixa	31.209	15%	51.746	23%	31.212	15%	(20.537)	-40%	20.534	66%
Contas a receber de clientes	4.140	2%	4.706	2%	3.424	2%	(566)	-12%	1.282	37%
Impostos e contribuições a recuperar	2	0%	60	0%	11	0%	(58)	-97%	49	445%
Despesas pagas a antecipadamente	-	0%	183	0%	-	0%	(183)	-100%	183	0%
Concessão do serviço público (ativo contratual)	19.367	9%	18.661	8%	17.704	9%	706	4%	957	5%
Outros ativos circulantes	379	0%	-	0%	-	0%	379	0%	-	0%
Total do circulante	55.097	27%	75.356	33%	52.351	25%	(20.259)	-27%	23.005	44%
Não circulante										
Impostos e contribuições a recuperar	333	0%	476	0%	278	0%	(143)	-30%	198	71%
Depósitos judiciais	1.190	1%	786	0%	701	0%	404	51%	85	12%
Concessão do serviço público (ativo contratual)	149.752	72%	148.595	66%	152.868	74%	1.157	1%	(4.273)	-3%
Outros ativos não circulantes	-	0%	-	0%	2	0%	-	0%	(2)	-100%
Imobilizado	1.129	1%	93	0%	-	0%	1.036	1114%	93	0%
Intangível	282	0%	349	0%	-	0%	(67)	-19%	349	0%
Total do não circulante	152.686	73%	150.299	67%	153.849	75%	2.387	2%	(3.550)	-2%
Ativo total	207.783	100%	225.655	100%	206.200	100%	(17.872)	-8%	19.455	9%

Ativo

Caixa e equivalentes de caixa

A Afluente T é uma empresa com fluxo de caixa superavitário, onde temos uma receita média superior a duas vezes o seu desembolso operacional somado ao serviço da dívida (amortização e juros), tornando-se dessa forma uma empresa acumuladora de caixa. Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente, por Fundos de Investimentos restritos (participação somente das empresas do grupo).

Contas a receber de clientes

Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, a principal receita da Companhia era o recebimento da RAP. Sendo assim, a principal variação se deu pelo reflexo do reajuste da RAP no montante de R\$ 1.370. A RAP anual de 2019 foi de R\$ 36.806 e no ano de 2020 foi de R\$ 38.176.

Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 a carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente, por fundos de investimentos exclusivos, compostos por diversos ativos, visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco.

Concessão do serviço público (ativo contratual)

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Afluente T regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia.

De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui como obrigação de desempenho manter e operar a infraestrutura de transmissão.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Ao cumprir essa obrigação de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente, que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47 / IFRS 15, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo, enquadram a Companhia nessa norma.

Em 2019 a variação do ativo contratual da Afluente T se deu devido à amortização pela RAP realizada no montante de R\$ 17.704 mil, pela remuneração do ativo contratual no montante de R\$ 16.960 mil e pela baixa de ativos indenizáveis no montante de R\$ 2.572 mil.

Em 2020 a variação do ativo contratual da Afluente T se deu devido a amortização pela RAP realizada no montante de R\$ 18.661 mil, pela remuneração do ativo contratual no montante de R\$ 16.535 mil e pela baixa de ativos indenizáveis no montante de R\$ 2.199 mil.

Passivo

	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	Variação 2019 x 2020	Variação 2019 x 2018
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	3.124	2%	2.419	1%	893 0%
Empréstimos e financiamentos	203	0%	511	0%	731 0%
Salários e encargos a pagar	563	0%	20	0%	- 0%
Encargos setoriais	352	0%	67	0%	39 0%
Impostos e contribuições a recolher	317	0%	289	0%	282 0%
Outros tributos a recolher	524	0%	470	0%	484 0%
Dividendos e juros sobre capital próprio	244	0%	125	0%	118 0%
Outros passivos circulantes	1.637	1%	265	0%	109 0%
Total do circulante	6.964	3%	4.166	2%	2.656 1%
				2.798 67%	1.510 57%
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	536	0%	737	0%	1.245 1%
Encargos setoriais	672	0%	514	0%	516 0%
Impostos e Contribuições a recolher	6.173	3%	-	0%	- 0%
Impostos e contribuições sociais diferidos	5.018	2%	5.151	2%	5.253 3%
Provisões	796	0%	740	0%	689 0%
Outros passivos não circulantes	165	0%	1	0%	87 0%
Total do não circulante	13.360	6%	7.143	3%	7.790 4%
				6.217 87%	(647) -8%
Patrimônio líquido					
Capital social	33.085	16%	33.085	15%	33.085 16%
Reservas de lucro	146.639	71%	162.669	72%	162.669 79%
Proposta de distribuição de dividendos adicional	7.735	4%	18.592	8%	- 0%
Total patrimônio líquido	187.459	90%	214.346	95%	195.754 95%
				(26.887) -13%	18.592 9%
Passivo e patrimônio líquido total	207.783 100%		225.655 100%		206.200 100% (17.872) -8% 19.455 9%

Fornecedores

Aumento de R\$ 705 mil comparado com o mesmo período do exercício anterior pela aquisição de materiais e serviços de fornecedores no montante de R\$ 875 mil. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía R\$ 2,1 milhões de valores em aberto com fornecedores de materiais e serviços. Em 2018, possuía R\$ 183 mil de valores em aberto com fornecedores de materiais e serviços.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Impostos e contribuições sociais diferidos

Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre os juros (ativo contratual), oriundo dos valores do fluxo de caixa futuros projetados avaliados a valor justo que compõe o ativo da concessão da Companhia.

A Companhia possui como regime de apuração o lucro presumido sendo assim, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 34% (25% – imposto de renda e 9% – Contribuição social) sobre a receita bruta, após a aplicação da margem de presunção exigidas pela legislação tributária brasileira.

Empréstimos e financiamentos

A Companhia possui contrato FINAME firmado em junho de 2010 com o BNDES e o Banco do Brasil, no valor de R\$ 4,2 milhões, taxa de 4,5% a.a. Adicionalmente, a Afluente T em setembro de 2014 contraiu mais um financiamento com o BNDES através de repasse do Banco do Brasil no montante de R\$ 1,6 milhão e taxa de 6% a.a. Em dezembro de 2020, a dívida líquida consolidada de Afluente T foi R\$ 739 mil (R\$ 1.248 mil em 2019).

Dividendos

Saldo em 31 de dezembro de 2018	118
Declarados	6.664
Pagos no exercício	(6.658)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	125
Declarados	45.596
Pagos no exercício	(45.477)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	244

A variação ocorrida entre os anos de 2018, 2019 e 2020 deve-se aos dividendos propostos e também ao pagamento de dividendos para os acionistas.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

Comparação das Demonstrações de Resultado referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019:

Demonstração do Resultado (Valores em R\$ mil)

	2020		2019		2018		Variação 2020 x 2019		Variação 2019 x 2018	
	R\$ mil	% Receita Total	R\$ mil	% Receita Total	R\$ mil	% Receita Total	R\$ mil	%	R\$ mil	%
RECEITA BRUTA	42.470		41.866		36.584		604	1%	5.282	14%
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	(6.540)		(3.245)		(2.900)		(3.295)	102%	(345)	12%
Receita líquida	35.930	100%	38.621	100%	33.684	100%	(2.691)	-7%	4.937	15%
Custo do serviço	(12.631)	-35%	(13.006)	-34%	(10.028)	-30%	375	-3%	(2.978)	30%
Lucro bruto	23.299	65%	25.615	66%	23.656	70%	(2.316)	-9%	1.959	8%
Despesas com vendas	-	0%	(95)	0%	(74)	0%	95	-100%	(21)	28%
Outras Receitas/Despesas Gerais e Administrativas	(4.127)	-11%	(559)	-1%	(679)	-2%	(3.568)	638%	120	-18%
Lucro operacional	19.172	53%	24.961	65%	22.903	68%	(5.789)	-23%	2.058	9%
Resultado financeiro	1.264	4%	2.393	6%	1.402	4%	(1.129)	-47%	991	71%
Receitas financeiras	1.456	4%	2.585	7%	1.632	5%	(1.129)	-44%	953	58%
Despesas financeiras	(188)	-1%	(192)	0%	(230)	-1%	4	-2%	38	-17%
Outros resultados financeiros, líquidos	(4)	0%	-	0%	-	0%	(4)	0%	-	0%
Lucro antes dos imposto de renda e contribuição social	20.435	57%	27.354	71%	24.305	72%	(6.919)	-25%	3.049	13%
Imposto de renda e contribuição social	(1.726)	-5%	(2.097)	-5%	(1.689)	-5%	371	-18%	(408)	24%
Corrente	(1.859)	-5%	(2.199)	-6%	(1.735)	-5%	340	-15%	(464)	27%
Diferido	133	0%	102	0%	46	0%	31	30%	56	122%
Lucro líquido do exercício	18.709	52%	25.257	65%	22.616	67%	(6.548)	-26%	2.641	12%

A variação negativa do lucro líquido entre 2020 e 2019 no montante de R\$ 6,5 milhões é devido, principalmente, as variações demonstradas abaixo:

Receita:

No exercício de 2020 as principais variações na receita foram aumento na receita disponibilidade da rede elétrica em R\$ 1,2 milhões, receita de operação e manutenção no montante de R\$ 362 mil e aumento na receita de CCT (contratos de conexão ao sistema de transmissão) em R\$ 425 mil.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

No exercício de 2019 as principais variações na receita foram aumento na receita de operação e manutenção no montante de R\$ 2,2 milhões e aumento na receita de CCT (contratos de conexão ao sistema de transmissão) em R\$ 600 mil.

No exercício de 2018 as principais alterações na receita foram na segregação da receita de CCT, representando R\$ 6 milhões, no aumento da receita de operação de manutenção devido adição de margem, representando 2 milhões e aumento da remuneração do ativo contratual, reflexo do aumento do saldo do ativo, também representado 2 milhões.

Deduções da receita bruta:

No exercício de 2020, o principal impacto foi o aumento da dedução da CDE (conta de desenvolvimento energético) no montante de R\$ 2,1 milhões, RGR (reserva global de reversão) no montante de R\$ 220 mil, encargos do consumidor no montante de R\$ 1,1 milhão.

Custo:

No exercício de 2020, a principal variação no custo foi: (i) baixa de ativo indenizável no montante de R\$ 2,2 milhões; (ii) aumento dos custos com pessoal (remuneração, encargos sociais e benefícios) no montante de R\$ 2,5 milhões, totalizando uma variação líquida de R\$ 375 mil.

No exercício de 2019, o principal impacto em relação ao período anterior está relacionado a baixa de ativos indenizáveis no montante de R\$ 2,6 milhões.

No exercício de 2018, a principal variação no custo foi: (i) Redução do custo de Serviços de Terceiros com Operação e Manutenção (O&M) no montante de R\$ 918 mil e (ii) baixa de ativo indenizável no montante de R\$ 1,2 milhão, totalizando uma variação líquida de R\$ 282 mil.

Outras receitas/despesas gerais e administrativas:

No exercício de 2020, a principal variação foi o aumento no grupo de despesa com pessoal no montante de R\$ 2,8 milhões; serviços de terceiros no montante de R\$ 843 mil.

Resultado financeiro:

No exercício de 2020 houve a redução nas receitas financeiras no montante de R\$ 1,1 milhão, como resultado da redução no saldo de aplicações financeiras e relação ao período anterior.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2 Comentários dos Diretores sobre:

- a. Resultados das operações do emissor, em especial:
 - i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

2020

A Afluente T apresenta os resultados a partir de análises gerenciais que a Administração entende traduzir da melhor forma o negócio da companhia, refletindo o modelo de negócio das empresas.

DRE (R\$ MM)	4T20	4T19	Variação		2020	2019	Variação		Correspondência nas notas explicativas
			R\$	%			R\$	%	
(+) Receita Líquida	9,0	10,6	(1,6)	(15%)	35,9	38,6	(2,7)	(7%)	Demonstração de Resultado
Margem Bruta	9,0	10,6	(1,6)	(15%)	35,9	38,6	(2,7)	(7%)	
(-) Custos de Operação	(6,0)	(6,7)	0,7	(10%)	(12,6)	(13,0)	0,4	(3%)	Demonstração de Resultado
(-) Outras despesas gerais e administrativas	(2,1)	0,2	(2,3)	(1.150%)	(4,2)	(0,5)	(3,7)	740%	Demonstração de Resultado
= Despesa Operacional	(8,1)	(6,5)	(1,6)	25%	(16,8)	(13,5)	(3,3)	24%	
(+) PECLD	-	(0,1)	0,1	-	0,1	(0,1)	0,2	-	Demonstração de Resultado
EBITDA	0,9	4,0	(3,1)	(78%)	19,2	25,0	(5,8)	(23%)	
(-) Depreciação	-	-	-	-	(0,1)	-	(0,1)	-	Demonstração de Resultado
(+) Resultado Financeiro	0,1	0,7	(0,6)	(86%)	1,3	2,4	(1,1)	(46%)	Demonstração de Resultado
(-) IR CS	(0,3)	(0,5)	0,2	(40%)	(1,7)	(2,1)	0,4	(19%)	Demonstração de Resultado
Lucro Líquido	0,7	4,2	(3,5)	(83%)	18,7	25,3	(6,6)	(26%)	

Em 30 de junho de 2020, a ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.708/2020-ANEEL, determinou a revisão da Receita Anual Permitida – RAP da Afluente T para -6,99 %, aplicada a partir de 1º de julho de 2020 sobre a receita vigente. Em 14 de julho de 2020, a Resolução Homologatória nº 2.725/2020-ANEEL, ajustada pelo Despacho nº3.219/2020-ANEEL, de 17/11/2020, homologou a RAP com a inclusão da receita de ativos resultantes de novos reforços e melhorias, resultando em um recuo de 5,73% em relação a RAP do ciclo anterior.

Dessa forma, a Margem Bruta da Afluente T em 2020 foi de R\$35,9 milhões, redução de 7% vs. 2019.

2019

A partir do segundo trimestre de 2019, a Afluente T, passou a apresentar os resultados a partir de análises gerenciais que a administração entende traduzir da melhor forma o negócio da companhia, refletindo o modelo de negócio das empresas.

Em 2019 a Margem Bruta da Afluente T alcançou R\$38,6 milhões, aumento de 14,5% em relação ao mesmo período de 2018, impactada principalmente pela contabilização de maior receita de O&M (IFRS 15) e reajuste de inflação.

2018

A Receita Bruta de Afluente T encerrou o ano de 2018 com um aumento de R\$10.068 mil ou 37,97% em comparação ao ano de 2017. Tivemos variação positiva de R\$1.912 mil, da remuneração do ativo contratual, saindo de R\$15.163 mil em 2017, para R\$17.075 mil no encerramento de 2018, reflexo da atualização monetária e ajuste nas premissas de rentabilidade do ativo da concessão.

Também observamos um aumento na linha de receita de operação e manutenção, consequência da alteração de critérios contábeis suportada pelo CPC47/IFRS15, que a partir de 2018 passa a mensurar os ativos da concessão como ativos contratuais e a reconhecer uma

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

margem de operação e manutenção de 25% sobre o custo de O&M projetado, que representou um acréscimo de R\$3.605 mil, nessa linha.

Para análise de receita e custo de construção, como a Afluente T já está operando, todos os investimentos feitos nela foram considerados como custos gerenciáveis.

Na linha de outras receitas, aumento de R\$ 6.945 mil, devido aos Contratos de Compartilhamento – CCTs, que previamente eram apresentados dentro da receita pela disponibilidade da rede elétrica.

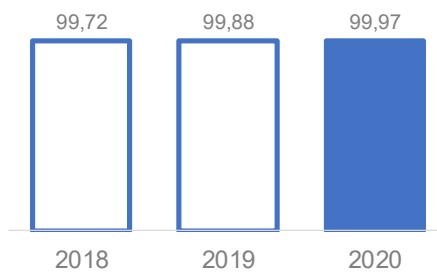
As Deduções da Receita Bruta encerraram o ano de 2018 com queda de R\$104 mil ou 3,46% comparativamente ao encerramento de 2017, majoritariamente em virtude da redução de encargos setoriais. O incremento na linha de impostos registrou aumento de 5,31% (R\$ 71 mil), para o ano de 2018, devido ao maior volume de impostos incidentes sobre a receita, que teve aumento de 37,97%. Adicionalmente, houve queda de 10,49% em encargos setoriais (R\$175 mil).

A Afluente T encerrou o ano de 2018 com Receita Operacional Líquida de R\$33.684 mil, aumento de 43,26% em relação ao ano anterior.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Em 2020, 2019 e 2018 a disponibilidade apresentada pela Afluente T foi maior que 99%, representando um alto desempenho quando comparado ao limite estabelecido pelo Relatório de Avaliação do Desempenho (RAD) do Operador Nacional do Sistema (ONS), que é entre 95% e 98%. Este indicador é importante, pois as concessionárias de transmissão de energia elétrica têm a qualidade do serviço aferida pela ANEEL através da disponibilidade. A partir deste tempo de indisponibilidade da Transmissora, a ANEEL calcula a Parcela Variável, que é a parcela a ser deduzida da receita da transmissora em função da não prestação adequada do serviço público de transmissão.

AFLUENTE T – Taxa de Disponibilidade %



b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A principal receita da Companhia é a Receita Anual Permitida (RAP) determinada pela ANEEL e revisada periodicamente conforme parâmetros da agência reguladora.

A receita da Afluente T decorre em sua totalidade das atividades de estudo, planejamento, projeção, construção, operação, manutenção e exploração de sistemas de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações e centros de controle, bem como da respectiva infraestrutura e serviços ligados a essas atividades.

A Afluente T trabalha para que o transporte da energia elétrica ocorra de maneira eficiente e segura, oferecendo condições para que as concessionárias de distribuição atendam aos seus

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

consumidores finais. A transmissão da energia é uma função estratégica para assegurar o abastecimento tanto nas áreas rurais, quanto nos grandes centros urbanos.

Com potência instalada de 600 MVA, e possui contrato de concessão com vigência até agosto de 2027, que tem como objetivo estabelecer as condições para prestação do serviço público de transmissão de energia elétrica e prevê revisão tarifária a cada 5 (cinco) anos, a Afluente T é composta pelos ativos abaixo:

AFLUENTE T (Extensão Total 489,1 Km)				
Linhas de Transmissão				
LT 230 KV Itagibá - Funil C-1			13/09/2009	
LT 230 KV Brumado II - Itagibá C-1			13/09/2009	
LT 230 KV Ford - Pólo C-2			02/08/2009	
LT 230 KV Pólo - Camaçari IV C-2			19/01/2015	
LT 230 KV Ford - Pólo C-1	BA	87,84%	24/11/2009	08/08/2027
LT 230 KV Pólo - Camaçari IV C-1			18/01/2015	
LT 230 KV Tomba - Governador Mangabeira C-1			31/01/2016	
LT 230 KV Tomba - Governador Mangabeira C-2			31/12/1990	
LT 138 KV Funil - Poções C-1			01/05/1993	
Subestações Rede Básica				
Tomba Brumado II - 230/69kV Itagibá	BA	87,84%	31/12/1990 11/12/2002 13/09/2009	08/08/2027

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

A situação financeira e o resultado das operações da Companhia são afetados: pela inflação e pelas variações dos indexadores dos instrumentos de financiamento celebrados pela Companhia, principalmente as taxas de juros (CDI e TJLP). Os principais indicadores de inflação que influenciam as operações realizadas pela Companhia são: IGP-M, índice que reajusta as tarifas de fornecimento de energia elétrica (fonte: FGV – Fundação Getúlio Vargas) e IPCA, índice que reajusta os contratos de energia no ambiente de contratação regulada (fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Taxas de juros - A Companhia possui uma parcela considerável da dívida bruta indexada ao CDI e TJLP. Na hipótese de elevação das taxas de juros, as despesas financeiras da Companhia também aumentarão, afetando negativamente a sua capacidade de pagamento. O CDI também é o indicador referencial para a rentabilidade das aplicações financeiras da Companhia.

Câmbio e Taxa de Juros

A Companhia possui empréstimos indexados ao Euro e ao Dólar e contratou instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira contra a variação cambial. Foi utilizado swap de moeda estrangeira para CDI, de forma que os ganhos e perdas dessas operações decorrentes da variação cambial sejam compensados pelos ganhos e perdas equivalentes das dívidas em moeda nacional.

As dívidas da Companhia estão sujeitas à variação das taxas de juros no mercado e, portanto, na hipótese de elevação das taxas de juros, as despesas financeiras da Companhia também aumentarão, afetando negativamente a sua capacidade de pagamento.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Conjuntura Macroeconômica Brasileira

Todas as operações da Companhia são afetadas pela conjuntura macroeconômica brasileira. Em particular, a *performance* da economia brasileira afeta a demanda por energia elétrica, e a inflação impacta nos custos e margens da Companhia.

A taxa de crescimento do PIB também influencia os resultados da Companhia. Uma desaceleração prolongada na atividade econômica no Brasil, decorrente da crise financeira internacional e seus efeitos, pode vir a reduzir a demanda por alguns dos serviços prestados pela Companhia.

2020

Em 2020, a Afluente T apresentou resultado financeiro líquido positivo, uma receita de R\$ 1.264 mil, redução de 46% quando comparado ao ano de 2019 (equivalente a R\$ 1.129 mil).

A dívida bruta da Afluente T, incluindo empréstimos e encargos, foi de R\$ 738 mil (dívida líquida de R\$ 30.470 mil), apresentando uma redução de 40% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Para a linha de Renda de Aplicações Financeiras a variação negativa de R\$ 1.124 mil ou 44,8% no ano, foi devido a redução de 3,20 pontos percentuais no CDI acumulado no período, impactando a rentabilidade de caixa.

2019

Em 2019, a Afluente T apresentou resultado financeiro líquido positivo, uma receita de R\$ 2.393 mil, redução de 70,7% quando comparado ao ano de 2018 (equivalente a R\$ 991 mil).

A dívida bruta da Afluente T, incluindo empréstimos e encargos, foi de R\$ 1.248 mil (dívida líquida de R\$ 50,498 mil), apresentando uma redução de 37% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Para a linha de Renda de Aplicações Financeiras a variação positiva de R\$ 916 mil ou 57,6% no ano, foi devido ao aumento do volume das disponibilidades.

2018

O resultado financeiro líquido da Afluente T encerrou o ano de 2018 com um resultado financeiro positivo, uma receita de R\$ 1.402 mil, redução de 38,45% quando comparado ao ano de 2017 (equivalente a R\$ 876 mil).

Para as linhas de Encargos de dívida, variações monetárias e cambiais e Instrumentos financeiros derivativos não houve variação significativa.

Para a linha de Receita de Aplicações Financeiras o resultado negativo comparado ao ano de 2017, de R\$ 995 mil foi devido: a redução de 3,67 pontos percentuais no CDI acumulado no ano. Em contrapartida, houve um aumento no volume das disponibilidades.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Segue quadro demonstrativo com os principais indicadores dos anos:

Índices	2020	2019	2018
CDI	2,76%	5,96%	6,42%
TJLP	4,87%	6,20%	6,72%
USD¹	1,1660	0,1559	0,5668
IPCA²	4,24%	3,23%	3,98%

Nota 1: variação cambial entre 30/dezembro a 30/dezembro.

Nota 2: considera a inflação contabilizada 12 meses (M-1).

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3 – Comentários dos Diretores sobre os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável. Não houve, nos últimos três exercícios sociais, aquisição ou alienação de segmento operacional que tenha causado alterações relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. Não há previsão de introdução ou alienação de segmento operacional.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não aplicável. Não houve, nos últimos três exercícios sociais, constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

c. eventos ou operações não usuais

Não aplicável. Não houve, nos últimos três exercícios sociais eventos ou operações não usuais.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10.4 - Comentários dos Diretores sobre mudanças significativas nas práticas contábeis e ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

Nos exercícios findo em 2020 e 2019, não houve mudanças significativas nas práticas contábeis utilizadas pela Companhia.

No exercício findo em 2018, a Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A. (“Afluente T” ou “Companhia”) efetuou a adoção das novas práticas contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), cuja vigência se iniciou no exercício a partir de 1 de janeiro de 2018. Estas práticas contábeis foram o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e o CPC 48 – Instrumentos Financeiros, equivalentes às normas internacionais IFRS 15 – *Revenue from Contract with Customers* e IFRS 9 – *Financial Instruments*, respectivamente, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

A adoção do CPC 47 foi efetuada usando o método de efeito cumulativo, o que implica na aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018 sem o ajuste das mesmas transações para o exercício comparativo apresentado nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, sendo o impacto relativo a exercícios anteriores ajustados à conta de lucros acumulados no patrimônio líquido.

Os impactos promovidos pela adoção do CPC 47 foram conforme descritos a seguir:

Receitas de uso da rede de transmissão

O CPC 47 requer que o direito ao recebimento de contraprestação em troca de bens e serviços transferidos para um cliente deve ser classificado como ativo contratual quando esse direito estiver condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo. Essa classificação é aplicável para as transmissoras de energia, que mesmo tendo concluído a obrigação de desempenho relativa à construção de suas infraestruturas de transmissão, tem seu direito de receber contraprestação associado ao cumprimento de outras duas obrigações de desempenho: manter e operar a infraestrutura de transmissão construída.

As receitas com a infraestrutura de transmissão passaram a ser mensuradas conforme descrito a seguir:

- 1) O reconhecimento de receita de construção passou a ter por base a parcela da Receita Anual Permitida (“RAP”) destinada ao investimento no ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Para estimar a receita de construção, a Companhia se utilizou de um modelo que apura o custo de financiar o cliente (poder concedente), no qual a taxa de juros para o cálculo do valor presente líquido das margens de construção e operação é apurada no momento inicial do projeto, de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento, não havendo alterações posteriores.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

- 2) O reconhecimento da receita de operação e manutenção passou a decorrer dos custos incorridos e necessários para cumprir obrigações de performance previstas em contrato de concessão, após o término da fase de construção.
- 3) O reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo contratual passou a ser reconhecido, registrando-se também uma receita de remuneração financeira, utilizando-se a taxa de desconto definida no início de cada projeto.

A adoção do CPC 48 também foi efetuada usando o método de efeito cumulativo, em outras palavras, a mesma isenção utilizada consistentemente com a adoção inicial do CPC 47.

Os novos requerimentos de classificação previstos no CPC 48 não produziram impactos na mensuração dos ativos e passivos financeiros, bem como dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, não havendo assim impacto significativo nas informações contábeis.

Com o propósito de avaliar a redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros e ativos contratuais, o CPC 48 substituiu o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (equivalente ao IAS 39 – *Financial Instruments: Recognition and Measurement*) por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção dos investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos anos. A Companhia realizou o cálculo das taxas de perda separadamente para cada segmento de clientes (residencial, industrial, comercial, rural e setor público). Além disso, quando aplicável, foram consideradas as mudanças no risco de crédito seguindo avaliações de crédito externas publicadas.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

No exercício findo em 2020 e 2019, não houve mudanças significativas nas práticas contábeis utilizadas pela Companhia.

No exercício findo em 2018, os impactos relativos a adoção inicial do CPC 47 e CPC 48 estão descritos a seguir:

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Impactos da adoção inicial do CPC 47

	Saldo apresentado em 2018	Ajustes CPC 47	Saldos sem adoção do CPC 47
Receita líquida	33.684	(4.450)	29.234
Custo do serviço	(10.028)	(455)	(10.483)
Outros	649	-	649
Imposto de renda e contribuição social	(1.689)	(755)	(2.444)
Lucro líquido do exercício	22.616	(5.660)	16.956
Impacto da adoção do CPC 47 em 1º de janeiro de 2018			
Em R\$ mil			
Lucros acumulados			
Ativo contratual			140.532
Imposto de renda e contribuição social			(892)
Impacto em 1º de janeiro de 2018			139.640
Balanço Patrimonial	2018	Reclassificações	2018
			(Sem impacto CPC 47)
	(Apresentado)		
Ativo Circulante			
Concessão do serviço público (ativo contratual)	-	23.860	23.860
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	17.704	(17.704)	-
Demais ativos circulantes não impactados	34.647	-	34.647
Total do Ativo Circulante	52.351	6.156	58.507
Ativo Não Circulante			
Concessão do serviço público (ativo contratual)	-	1.275	1.275
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	158.868	(158.868)	-
Demais ativos não circulantes não impactados	981	-	981
Total do Ativo Não Circulante	153.849	(151.594)	2.256
Total do Ativo	206.200	(145.437)	60.763
Passivo Não Circulante			

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.253	(138)	5.115
Demais passivos circulantes não impactados	2.537	-	2.537
Total do Passivo Não Circulante	7.790	(138)	7.652
Patrimônio Líquido			
Reservas de lucros	162.669	(161.305)	17.370
Demais itens do patrimônio líquido não impactados	33.085	-	33.085
Total do patrimônio líquido	195.754	(180.865)	50.455
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	206.200	(145.437)	60.763

Impactos da adoção inicial do CPC 48

Abaixo seguem impactos do impairment adicional em lucros acumulados:

Em R\$ mil	Impairment adicional
Contas a receber de clientes e outras contas a receber	3.647
Impacto em 1º de janeiro de 2018	(48)

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

O Relatório dos Auditores Independentes, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, datado de 8 de fevereiro de 2021, emitido pela KPMG Auditores Independentes, não contém ressalvas e ênfases.

Nos períodos em análise (2019 e 2018), não houve ressalvas e/ou ênfases presentes no parecer do auditor.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 – Comentários dos Diretores em relação ao dever de indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros:

Na preparação das demonstrações financeiras da Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A. (“Afluente T” ou “Companhia”), ao aplicar as políticas contábeis significativas, a Administração deve usar de julgamento e elaborar estimativas para os valores contábeis de ativos e passivos, que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e pressupostos associados se baseiam na experiência histórica e outros fatores relevantes. Portanto, os resultados futuros podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva. A administração concluiu que os julgamentos e estimativas mais significativos considerados durante a preparação das demonstrações financeiras da Companhia são os seguintes:

Critério de apuração e remuneração do ativo contratual

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e Companhia, regulamentam a exploração do serviço público de transmissão de energia elétrica.

Até o final do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro em conformidade com o ICPC 01 – Contratos de Concessão, sendo mensurada ao custo amortizado. As receitas de construção e operação eram reconhecidas com margem zero, e a remuneração da infraestrutura de concessão era registrada com base na TIR de cada projeto mais variação do IPCA.

Como resultado da adoção do CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, a partir 1º de janeiro de 2018, a Companhia passou a registrar o ativo da concessão como um ativo de contrato e não mais como um ativo financeiro, tendo em vista as definições previstas nos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros. O pronunciamento técnico CPC 47 define ativo de contrato como o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho, enquanto o pronunciamento técnico CPC 48 define ativo financeiro como um direito incondicional de receber caixa.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a companhia manteve a premissa de acordo com os pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros. O pronunciamento técnico CPC 47 define ativo de contrato como o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

As receitas relativas à infraestrutura de transmissão são mensuradas da seguinte forma:

(i) A receita de construção é reconhecida tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Para estimar a receita de construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (poder concedente), sendo a taxa de juros para o cálculo do valor presente líquido da margem de construção e de operação definidas no momento inicial do projeto, não sofrendo alterações posteriores. A taxa de juros é apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e o prazo de financiamento.

(ii) A receita de operação e manutenção resulta dos custos incorridos e necessários para cumprir obrigações de performance previstas nos contratos de concessão, após o término da fase de construção.

(iii) A receita de remuneração sobre o ativo contratual registra uma receita financeira, a partir da entrada em operação, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto.

Desta forma, o critério de apuração e atualização do ativo da referida concessão é influenciado por estimativas significativas.

Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são geralmente classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- Custo amortizado: ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimentos em instrumento patrimoniais não mantidos para negociação nem contraprestação contingente, que no reconhecimento inicial, a companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e
- Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

(ii) Provisão para perdas esperada de créditos de liquidação duvidosa (“PPECLD”)

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo recebíveis de arrendamentos mercantis, bem como aqueles mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia reconhece perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras desde que tais dados estejam disponíveis sem custo ou esforços excessivos.

Em geral, para os demais instrumentos financeiros, a Companhia reconhece provisão por valor equivalente à perda de crédito esperada para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à perda de crédito esperada (vida toda).

(iii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

Os juros dos instrumentos financeiros passivos são capitalizados como parte do imobilizado se esses custos forem diretamente relacionados à um ativo qualificado.

Impairment de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente os eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas de cada ativo, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado e são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não excede o valor contábil que teria sido apurado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo em exercícios anteriores.

A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera o ativo. O valor justo é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Evidência objetiva de que ativos não financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Indicativos observáveis de redução significativa do valor do ativo;
- Mudanças tecnológicas, de mercado, econômico ou legal na qual a entidade opera o ativo;

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

- Aumento de taxas de juros praticados no mercado de retorno sobre investimentos afetando a taxa de desconto utilizado pela Companhia;
- O valor contábil do patrimônio líquido da entidade é maior do que o valor de suas ações no mercado;
- Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo;
- Descontinuidade ou reestruturação da operação à qual um ativo pertence;
- Dados observáveis indicando que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Essa avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros e mudanças em condições de mercado, não tendo sido identificados indícios de deterioração dos seus ativos.

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido (“Tributos sobre o lucro”)

A Companhia possui como regime de apuração o lucro presumido sendo assim, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 34% (25% – imposto de renda e 9% – Contribuição social) sobre a receita bruta, após a aplicação da margem de presunção exigidas pela legislação tributária brasileira.

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

O reconhecimento do tributo diferido é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

Os tributos diferidos passivos são integralmente reconhecidos.

Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável.

Reconhecimento de receita

Nos exercícios de 2020 e 2019, não houve mudança de critério de reconhecimento da receita.

A partir de 1º de janeiro de 2018 a receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o serviço ao cliente.

Até 31 de dezembro de 2017, a receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos,

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

O resultado financeiro líquido é composto, basicamente, por juros e variações monetárias de aplicações financeiras, encargos de dívida e provisões.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

10.6 – Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

A Diretoria da Companhia esclarece que não há outros itens relevantes, que não estejam evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia dos últimos três exercícios sociais.

a. **Comentários sobre os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:**

i. **Comentários sobre arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**

Não aplicável. Nas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 não houve transações (ativas ou passivas) de natureza material, que não tenham sido registradas nos livros contábeis que fundamentam as demonstrações financeiras.

ii. **Comentários sobre carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**

Não aplicável. Nas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 não houve transações (ativas ou passivas) de natureza material, que não tenham sido registradas nos livros contábeis que fundamentam as demonstrações financeiras.

iii. **Comentários sobre contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**

Não aplicável. Nas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 não houve transações (ativas ou passivas) de natureza material, que não tenham sido registradas nos livros contábeis que fundamentam as demonstrações financeiras.

iv. **Comentários sobre contratos de construção não terminada**

Não aplicável. Nas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 não houve transações (ativas ou passivas) de natureza material, que não tenham sido registradas nos livros contábeis que fundamentam as demonstrações financeiras.

v. **Comentários sobre contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Não aplicável. Nas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 não houve transações (ativas ou passivas) de natureza material, que não tenham sido registradas nos livros contábeis que fundamentam as demonstrações financeiras.

b. **Comentários sobre outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não aplicável, uma vez que a Diretoria da Companhia esclarece que não há outros itens, que não estejam evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia dos últimos três exercícios sociais.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.7 - Comentários dos Diretores em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, especificamente:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor;

Não Aplicável. A Companhia não possui transações (ativas ou passivas) de natureza material, individualmente ou quando agregadas, que não tenham sido apropriadamente registradas nos livros contábeis que fundamentam as demonstrações financeiras.

b. natureza e o propósito da operação; e

Não Aplicável.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Não Aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 - Comentários dos Diretores em relação aos principais elementos do plano de negócios do emissor, especificamente em relação aos seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos.

Em 2020 não houve investimentos em projetos de melhorias ou implementações em linhas e subestações de transmissão.

Em 2019 não houve investimentos em projetos de melhorias ou implementações em linhas e subestações de transmissão.

No ano de 2018, a Afluente T realizou investimento no montante de R\$ 1,38 Milhão, A variação entre o volume investido em 2017 para 2018 está majoritariamente ligada a necessidade em substituir equipamentos em final de vida útil, conforme discriminado abaixo:

- I. R\$ 646,2 mil referente à aquisição de 3 disjuntores de 230kV para a SE Tomba;
- II. R\$ 122,5 mil com a substituição do banco de baterias da SE FORD;
- III. R\$ 249,3 mil com a substituição de 3 Transformadores de Potencial Capacitivo e 6 Transformadores de Corrente;
- IV. R\$ 126,8 mil com a compra de equipamentos sobressalentes;
- V. R\$ 179,8 mil com P&D;
- VI. R\$ 80,8 mil com equipamentos de teste.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Em 2020 a fonte de financiamento para o investimento foi por meio de capital próprio.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável. Não existem desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

Não aplicável. Não existem outras aquisições relevantes já divulgadas pela Companhia.

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

A Lei nº. 9.991, de 24 de julho de 2000, determina que as concessionárias do setor de energia elétrica, onde atua o Grupo Neoenergia, devem destinar 0,5% da sua receita operacional líquida para investir em Pesquisa e Desenvolvimento e mais 0,5% em Eficiência Energética (EE). Por sua vez, as empresas de Geração (o Grupo possui 07 empresas com obrigação de investimento em P&D: Baguari I, Geração CIII, Geração Céu Azul, Itapebi, Termope, além dos consórcios Águas da Pedra e Teles Pires) e Transmissão (o grupo possui 07 empresas com

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

obrigação de investimento em P&D: Afluente T, Atibaia, Biguaçu, Dourados, Narandiba, Potiguar Sul e Sobral), são obrigadas a aplicar 1% de sua receita apenas em P&D. Tudo isso sob regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

O Grupo Neoenergia, além de cumprir esse dispositivo regulatório, define o tema inovação como um dos valores do Grupo, ratificando a intenção de manter seu parque tecnológico atualizado e, ao mesmo tempo, a sua pretensão de desenvolver e manter em suas empresas os conhecimentos necessários para a adequada prestação de seus serviços e a consolidação de seu posicionamento estratégico.

Os programas anuais de P&D podem ser constituídos de um ou mais projetos, cooperados entre as empresas ou não, e deverão ser propostos de acordo com as instruções dispostas no PROP&D. Os Procedimentos do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor Elétrico foram aprovados pela Resolução Normativa (REN) da Aneel nº219, de 11 de abril de 2006, e posteriormente alterado pelas Resoluções Normativas nº 316, de 13 de maio de 2008, nº 504, de 14 de agosto de 2012 e pela REN nº 754 de 13 de dezembro de 2016.

Segundo as diretrizes básicas do Programa de P&D, todo projeto de P&D deve ser enquadrado em uma das fases da cadeia da inovação, podendo ser classificado como pesquisa básica dirigida, pesquisa aplicada, desenvolvimento experimental, cabeça de série, lote pioneiro ou inserção no mercado.

Considerando esses conceitos, a Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A. – Afluente T teve 01 projeto de P&D em andamento no período de 2018 a 2020, listado abaixo, referindo-se às fases da cadeia de inovação da pesquisa básica dirigida, da pesquisa aplicada ou do desenvolvimento experimental sendo considerados projetos de pesquisa:

- PD-7284-0001/2016 – Método Modificado da Superposição para o Compartilhamento de Responsabilidades Harmônicas. Este projeto conta com a cooperação da Afluente T (proponente), Coelba, Cosern, Narandiba e Consórcio Energética Águas da Pedra – EAPSA, e tem por objetivo a obtenção de hardware e software para aplicação prática do método da Superposição Modificado para o compartilhamento de responsabilidade entre a rede e uma unidade de geração convencional ou não, e, vice-versa. Determinação das parcelas de responsabilidades harmônicas entre as partes envolvidas.

O projeto PD-7284-0001/2016 - Método Modificado da Superposição para o Compartilhamento de Responsabilidades Harmônicas encontra-se em andamento, tendo sido iniciado em 2016.

ii. **montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Os montantes totais investidos pela Afluente T em projetos de P&D em fase de pesquisa de P&D (pesquisa básica dirigida, pesquisa aplicada e desenvolvimento experimental), somados aos recursos destinados à gestão do Programa de P&D, corresponderam aos seguintes valores:

- Em 2018, R\$ 179.769,51;
- Em 2019, R\$ 15.627,55;
- Em 2020, R\$ 8.911,56.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

No desenvolvimento de projetos no Grupo Neoenergia, que geram novos produtos e serviços, também são incluídos os projetos do programa de P&D que pertencem às fases da cadeia de inovação: cabeça de série, lote pioneiro e inserção de mercado.

Dessa forma, no período de 2018 a 2020, a empresa Afluente T não desenvolveu projetos de P&D nestas fases da cadeia de inovação.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

No período de 2018 a 2020, a empresa Afluente T não realizou desembolsos para a execução de projetos de P&D em fase de cabeça de série, lote pioneiro ou inserção de mercado.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**10.9 - Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção**

Não aplicável. Não houve outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.